

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

**Autocracia burguesa e Neoliberalismo no Brasil:
Um estudo acerca das características históricas do Estado**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social
sob orientação do Prof. Dr. César
Maranhão para concessão parcial do
título de bacharel.

Diogo Ferreira Machado

Prof. Dr. César Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Mavi Rodrigues

Prof. Dr. Marcelo Braz

Rio de Janeiro

Junho de 2016

Agradecimentos

“Navegar é preciso, viver não é preciso”. Nesta frase de Fernando Pessoa, sinto-me contemplado pela experiência que a academia me proporcionou após quase 5 anos. A trajetória de um estudante, especialmente na área de humanas – por vezes remando contra a maré – acaba por lançar-lhe contra inúmeros desafios (políticos, pessoais, financeiros), mas ao fim de uma etapa, a sensação de dever cumprido permite um sopro de renovação. Viver, enquanto verbo similar a “existir”, não pode ser opção em um mundo como este, e, apesar de difícil, a viagem tem que ser feita. A universidade certamente foi uma dessas viagens de minha vida, ela me lançou diante de um mundo e me transformou. Hoje saio dela com um papel assinado na mão, mas com uma bagagem substancialmente nova. Com isso, quero agradecer àqueles que participaram deste período importante da minha singela existência.

Aos meus pais, Marques e Nice. Pelo amor, o apoio, a paciência, a segurança e os esporros. Pelas eternas discussões, desde as políticas até as mais existenciais. Pelas vezes em que simplesmente não soube aonde ir, e estive amparado somente pela presença e sorriso de vocês. Pelas vezes em que minha adolescência/juventude foi “rebelde demais” para o gosto de vocês. Por todos os “tenha bondade”, “relaxa” e “cuidado é meu nome do meio”. E um obrigado, por tudo. *A vocês, todo amor que houver nessa vida.*

A minha irmã, Amanda. Obrigado pelo exemplo de pessoa que você é. Nossos caminhos diferentes na vida nunca serão paredes para nosso amor. Sua presença é combustível para minha felicidade. O mundo seria um descolorido acinzentado sem você. Obrigado por tudo que você é e traz para minha vida. *Know the water is sweet but blood is thicker.*

Aos familiares. Aqueles que conviveram muito mais com minha ausência (ou com minhas problematizações políticas), sem com isso desistir do meu sonho. Vocês também merecem essa conquista.

Aos amigos, todos aqueles que durante o tempo de confinamento acadêmico

conseguiram arrancar de mim bons momentos, ótimas risadas e vários brindes com cerveja em punho. Aqueles que me apoiaram, me ajudaram e até revisaram meus textos. Sejam vocês da própria faculdade, da cúpula ou da vida em geral, fica aqui meu obrigado pela companhia.

Ao meu orientador, que conviveu muito mais com minha ausência e falta da necessária dedicação.

Aos mestres, um eterno agradecimento pela minha formação. Enquanto aluno, sou grato por hoje ser um assistente social formado e preparado para enfrentar as contradições pungentes e inelimináveis deste modo de produção. Enquanto militante, agradeço por todo momento me lembrarem que a ignorância é um luxo que a classe trabalhadora não pode ter. Enquanto professor, agradeço pela disposição de apostar numa educação que transcenda os limites do que está dado.

A todos os trabalhadores brasileiros, por sustentarem uma Universidade pública que muitas vezes está de costas viradas para a realidade nacional. Que ela, um dia, *se pinte e seja do povo.*

Gratidão.

Aos meus pais e irmã.

*Eu quase que nada sei
Mas desconfio de muita coisa*

Guimarães Rosa

Sumário

Resumo	06
Introdução	07
1 – Capitalismo: do surgimento à fase monopólica	09
1.1 – A aurora do Modo de Produção Capitalista	10
1.2 – As classes sociais no capitalismo	14
1.3 – O Estado e o surgimento da ordem monopólica	16
1.4 – O Capitalismo monopolista e o avanço do mercado mundial	21
2 – Formação social e Estado do Brasil	25
2.1 – O sentido capitalista da colonização	25
2.2 – A República e o caráter transitório da democracia no Brasil	33
2.3 – A autocracia burguesa e sua forma ditatorial	38
3 – Crise, autocracia burguesa e neoliberalismo no Brasil	43
3.1 – A saída neoliberal para a crise estrutural	44
3.2 – O neoliberalismo no capitalismo dependente	48
3.3 – A crise da ditadura e a transição autocrática brasileira	50
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	60

Resumo

Estudo acerca das características autocráticas do Estado brasileiro e como elas são marcantes no atual momento de neoliberalismo. Buscando desde o período colonial, os traços de heteronomia lançam as bases para um aparelho estatal que, do Império à República, conforma-se como uma administração das classes proprietárias, sempre garantindo um afastamento dos interesses nacionais, populares e democráticos. As grandes transformações brasileiras têm continuidades que asseguram ao bloco associado ao Imperialismo uma força política interna para sua anatomia dependente. E, ainda que o fim da ditadura empresarial-militar tenha sido cercada por um amplo movimento de massas, a autocracia burguesa é constitutiva dos governos neoliberais, revelando sua essência ainda que sem as máscaras ditatoriais ou o tacão militar no poder.

Palavras-chave: Autocracia burguesa; Neoliberalismo; Estado brasileiro; Formação social do Brasil.

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar quais são as características estruturais da autocracia burguesa no Estado brasileiro na atual fase neoliberal do capitalismo. Para tanto, trabalho as principais transformações políticas e econômicas na formação social do Brasil, com ênfase nas transmutações do aparelho estatal. Sem pretender um exaustivo caminho historiográfico, a pesquisa focará nas categorias trabalhadas por autores como Antonio Mazzeo e Florestan Fernandes, pesquisadores do tema da autocracia no Brasil, sendo o primeiro especialmente voltado para a relação desta com o Estado e o segundo um precursor de seu conteúdo na revolução burguesa brasileira.

Divido minha pesquisa em três capítulos. No primeiro, traço um caminho teórico e metodológico acerca do Modo de Produção Capitalista, cujo fulcro encontra-se na obra marxiana. A exposição de suas categorias e análise estrutural do capitalismo é essencial não apenas para entender o Estado que dele surge, mas para chegarmos até o Imperialismo (estudado por Lenin) e sua atual fase.

De nada poderia fazer se considerasse o capitalismo apenas como o formato europeu estudado por Marx. Na verdade, estaria desvirtuando seu método se trabalhasse analiticamente a formação econômica e social do Brasil através de lentes que tentassem enquadrar a realidade no modelo do velho continente. Entro, então, no segundo capítulo, onde estudo a formação brasileira partindo de um ponto crucial e de determinante para a análise ulterior: a colonização. Apesar de temporalmente longe do nosso objeto central, ela imprimiu marcas ontogenéticas que montam um fio característico para o Brasil. Entre continuidades e rupturas, o estatuto colonial permaneceu por muito tempo vivo em nosso país. Quando da sua extinção, suas marcas encontravam e encontram raízes profundamente fincadas em nossa sociedade. Uma delas é a forma organizativa do Estado: extremamente antipopular e antidemocrático, ele manteve – e mantém – uma política antinacional, organizada em torno de uma dependência no elo da cadeia imperialista.

A aposta de industrialização, primeiro nas indústrias de base e depois na área de infraestrutura, modernizou o país e provocou uma urbanização acelerada, desenvolveu um proletariado mais denso e extratos médios mais consolidados. Foram eles (especialmente aqueles envolvidos com a chamada “esquerda cristã”), que na década de 1960, juntamente com camponeses, artistas e estudantes, lideraram uma luta política pelas *reformas de base*, que poderiam transformar a direção hegemônica brasileira para um projeto nacional e democrático. A resposta da classe dominante para manutenção de sua posição foi clara: delegou aos militares a responsabilidade de derrubar a ferro e fogo as lutas, para que pudessem recolocar em outro patamar a hegemonia norteamericana econômica e politicamente.

A ditadura empresarial-militar forjou um novo país que não mais poderia viver debaixo de seu tacho. Especialmente quando a crise econômica mundial se abatera sobre o Brasil em fins da década de 1970, entrava em declínio a base de seu projeto e apontava, com ele, o fim da forma ditatorial implantada.

Por fim, faço meu terceiro e último capítulo analisando o neoliberalismo e a transição brasileira. Coube-me, aqui, elucidar a derrocada da ditadura-empresarial militar que, ao contrário do que alguns podem incumbir, não significou o fim da disposição política que consolidara a autocracia burguesa no Brasil. Ao contrário, o fim da ditadura colocou as exigências do novo mundo para a política brasileira, abrindo espaço para algumas demandas dos de baixo mas, respondendo em grande escala aos novos ditames do capital globalizado.

São João de Meriti, Junho de 2016

Diogo Machado

Capítulo 1

Capitalismo: do surgimento à fase monopólica

“Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.”

Marx

A análise histórica, com fins de desvelar a estrutura do Modo de Produção Capitalista, encontra as primeiras formas de aparição desta já no século XIV. Entretanto, se colocarmos como propósito a apreensão das determinações de sua fase madura é de suma importância tratarmos concretamente sobre as formas que explicitam sua estrutura interna de funcionamento e seu movimento.

Quando Karl Marx [1818-1883] tomou todo o complexo social da sociedade burguesa para estudo, percebeu que tamanho feito passaria obrigatoriamente pela ciência da Economia Política. A anatomia da sociedade burguesa foi, pouco a pouco, desvendada por ele ao longo de sua trajetória, culminando na obra máxima *O Capital*. Em um prefácio – presente em sua *Contribuição à crítica da economia política* – o autor nos coloca diante da seguinte premissa metodológica:

“Cheguei [...] à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. [...] O resultado a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.” (Marx: p. 47, 2008a)

Podemos aqui desprender que para o estudo da vida política e de sua materialização de

maior amplitude na figura do Estado, devemos então partir das formas econômicas que, segundo o método marxiano, servem, em última instância, como o fundamento para o desenvolvimento de toda a vida social.

1.1 A aurora do Modo de Produção Capitalista.

A antiga ordem Feudal, que perdurou durante séculos no velho continente, viu sua estrutura ser corroída por uma nova sociedade, um mundo novo onde o tempo natural – devagar – não mais poderia reger a vida de homens sedentos por lucros e novos horizontes. A descoberta da navegação (e, por conseguinte, de novos continentes), o desenvolvimento do comércio, a ruptura nas relações de trabalho, o novo Estado nacional, etc, foram alguns dos novos componentes que passaram a figurar no Modo de Produção Feudal a partir do século XV. Colocaram novas determinações na vida de povos inteiros e desencadearam transformações cujo poder de frenagem era inexistente. Novos sujeitos sociais surgiram e passaram a operar fundamentais atividades do então nascente Estado-nação. Assim, inicia-se a virada que revolucionou toda a sociedade ocidental da época e, posteriormente, todo o mundo. Economia, cultura, religião, ciências, política, tudo entrou num grande processo de transformação social, onde, das entranhas do mundo feudal, a burguesia arrancava o moderno mundo capitalista. Tal transformação se espalhou para os quatro cantos do globo terrestre e tornou-se planetário o seu domínio. Como concluem Braz e Netto:

“O modo de produção capitalista [...], que sucedeu, no Ocidente, ao modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, ele experimentou uma complexa evolução e se, durante cerca de setenta anos, no decurso do século XX, teve a concorrência de experiências de caráter socialista, atualmente não se confronta com nenhum desafio externo à sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (*centrais*) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (*periféricas*), nas quais, por vezes, subordina modos de produção precedentes. Para dizê-lo em poucas palavras, na entrada do século XXI, o MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário.” (Braz e Netto: p. 105, 2011).

A menor unidade para entendimento deste sistema é a mercadoria. Esta configura-

se como a condensação entre *valor de uso* e *valor de troca*. O primeiro é tudo aquilo que satisfaça uma necessidade humana; algumas dessas necessidades são coisas que não se encontram prontas, tendo, portanto, que ser respondidas através da transformação da natureza para obtenção de características materiais que as satisfaçam, sejam elas fisicamente ou espiritualmente. Ela tem sua efetiva realização no seu consumo (Marx: p. 114, 2013). Um exemplo é a madeira-bruta, encontrada em árvores. Partindo dela, nossos antepassados remotos puderam retirar a matéria-prima para a concretização de um bastão para caça ou de lenha para manter uma chama de fogo. O segundo elemento da mercadoria é o valor de troca. Se a primeira característica pode ser encontrada desde a aurora do chamado ser social, este tem seu tempo histórico bem mais recente, quando dissolvem-se as formas de comunidade primitiva. O valor de troca compõe aquele produto que é produzido não para satisfazer uma necessidade de seu produtor, mas de uma outra pessoa. Ele infere ao bem a característica de ser trocado por outros bens, de características materiais outras, assim como de realização de necessidades diferentes. No entanto, existem duas condições *sine quibus non* para a produção de mercadorias:

“A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos, etc), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção - só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva, mesmo que se registre alguma divisão do trabalho, a compra e a venda não são possíveis, uma vez que o produto do trabalho pertence à coletividade em seu conjunto.” (Netto e Braz: p. 105, 2011)

Embora presentes nos modos de produção escravista e feudal, apenas o modo de produção capitalista pode ser considerado um modo de produção de mercadorias.

O câmbio desses produtos “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e espaço”. Para tal proporcionalidade ocorrer, é mister que, em primeiro lugar, “os valores de troca vigentes da mesma mercadoria [expressem] algo de igual. Em segundo lugar, porém, que o valor

de troca não pode ser mais do que o modo de expressão [...] de um conteúdo que dele pode ser distinguido.” (Marx: p. 114, 2013) Mas que conteúdo é este que se encontra presente em valores de uso diferentes? Qual grandeza é esta contida nessas matérias prima transformadas que as dota de uma quantificação trocável? Este conteúdo é o trabalho humano utilizado na produção destas mercadorias¹.

Tomando a capacidade laborativa do Homem enquanto um dispêndio de energia indiferente entre si, pode-se esvaziá-la de suas determinações concretas e retirar suas particularidades. Em outras palavras, o valor de uso do trabalho de um carpinteiro é indiferente ao de um ferreiro. “[...] As diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, [são] todos reduzidos a trabalho humano igual, a *trabalho humano abstrato*”².” (Marx: p. 116, 2013).

Esta mensuração para a troca é passível de ser encontrada anteriormente ao capitalismo. Nas Cruzadas do século XIII ou nas navegações do século XV/XVI, os europeus encontravam mercadorias em remotos lugares para comercialização nas nascentes cidades. Porém, o que diferencia o produtor sob outras relações sociais anteriores ao capitalismo para aquele sob o regime capitalista é a forma de exploração do trabalho. Se no primeiro encontramos o produtor operando seus meios de produção, no segundo estes são retirados daquele.

Abro um pequeno parênteses para falar de uma revolução sem a qual não podemos falar de capitalismo: a constante revolução dos meios de trabalho. No decurso histórico de evicção da sociedade feudal e do estabelecimento da sociedade burguesa, vimos esta revolução industrial que estabeleceria a máquina como meio de trabalho fundamental. Sendo a Inglaterra sua pioneira, ela criou a demanda para a própria capacidade de produção que criara. Cada vez mais conseguia colocar produtos domésticos no mercado com um baixo custo e rapidez maior. A máquina foi capaz de liberar as forças produtivas de suas amarras. De acordo com Hobsbawm:

1 “Prescindindo o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho.” (Marx: p. 116, 2013)

2 Grifo meu

“Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódicas impunham à produção.” (Hobsbawm: p. 59, 2013)

E, também sobre esse período, nos coloca Marx:

“Dominação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras, adaptação dos leitos dos rios para a navegação, fixação de populações [...] - que séculos anteriores poderiam imaginar quanta força produtiva se escondia no seio do trabalho social?” (Marx: p.16, 2008b)

Este avanço espetacular das *forças produtivas*, elementos que em conjunto viabilizam o processo de trabalho de uma sociedade, colocou também uma necessária ruptura com a dominação feudal.

Porém, findado este parêntese expositivo, só o avanço tecnológico dos meios de trabalho não pode caracterizar o novo modo de produção. As forças produtivas

“não operam num vácuo[...], operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Realmente, as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as *relações de produção*.” (Netto e Braz: p. 105, 2011)

Elas são constituídas pelos diferentes graus de desenvolvimento e de especialização dos processos de trabalho e o controle que tem o produtor sobre seu trabalho. Estas são derivadas e subordinadas das *relações sociais de produção*, a que tem seu conteúdo histórico determinado de acordo com a forma de propriedade dos meios fundamentais de produção da vida social.

A série de categorias citada acima pode – e deve – ser melhor explicado: Considerando as primeiras formações sociais humanas, a comunidade primitiva, onde ainda não se encontrava a divisão em classes sociais, tinha seus meios de produção socializados. Eram utilizados pelo conjunto dos homens e para os homens, pois possuía um *regime coletivo de propriedade dos meios de produção*. Seu uso era para produzir e reverter seus resultados para a manutenção da vida humana daquele conjunto. Uma vez que esses eram o suficiente apenas para o consumo imediato, não existia entesouramento ou acumulação desses bens. Quando o *excedente econômico*, produto

do trabalho que vai para além desta necessidade imediata, foi descoberto, possibilitara novas relações entre esses mesmos homens:

“o surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho.”(Netto e Braz: p. 105, 2011)

Ao largo de milênios, essa forma foi rompida e cedeu lugar às sociedades marcadas pela divisão em classes sociais. Fundamentalmente, elas se dividem em duas: aquelas que detêm a propriedade dos meios de produção de onde provém tudo que é necessário para a reprodução da sociedade; e uma outra que executa o trabalho produtivo, que opera esses mesmos meios. E aqui está o nó deste primeiro tópico.

Para compreender o movimento dessas categorias (mercadoria, forças produtivas, relações sociais de produção, regime de propriedade e excedente econômico), precisa-se obrigatoriamente passar pela categoria de *classe social*. Na formação social a qual fazemos parte, as classes fundamentais dividem-se em burguesia e proletariado.

1.2 As classes sociais no capitalismo.

A sociedade capitalista tem seu fulcro na relação social *capital*. A propriedade privada dos meios de produção coloca frente à frente trabalhadores e capitalistas que, enquanto classes fundamentais, se diferenciam pelos primeiros deterem o capital (enquanto valor que busca valorizar-se³) e os segundos possuem apenas sua *força de trabalho* para vender. Compõem uma relação antagônica que se complementa no ciclo de reprodução do capital: uma vez que a única mercadoria que pode transformar *valor* em um valor maior, em um valor acrescido de *mais-valia*, é a força de trabalho, os capitalistas a compram para executarem a produção em seus meios de trabalho.

“Capital’ não é apenas um volume de dinheiro (maquinaria, salário, bens, dinheiro

3 “O capital, portanto, deve ser entendido com base em duas dimensões: ele remete a uma determinação econômico política, assim como a uma relação social determinada.” (Montano e Duriguetto: p. 78, 2011)

entesourado etc.). Ele constitui-se [...] a partir de um processo que valoriza o dinheiro, isto é, um processo que no final conclui com *um valor superior ao inicial*. Esse processo, no MPC, é a produção de *mais-valia* pelo trabalhador. É, portanto, a produção de mais-valia (pelo trabalhador) que valoriza o dinheiro e o transforma em capital. Mas é a apropriação da mais-valia (pelo capitalista), que torna o possuidor de dinheiro (e dos meios de produção) em capitalista. Esse processo caracteriza o MPC, e é possível dada a separação do produtor direto (o trabalhador) dos meios de produzir (de propriedade do capitalista).”(Montano e Duriguetto: p. 78, 2011)

Cabe ressaltar que este antagonismo não reduz todo o complexo societário em apenas duas classes. O próprio Marx ao longo de sua obra havia tratado as classes de maneira diversa, porém mantendo seu núcleo central ancorado na materialidade da inserção delas na produção dos bens essenciais à vida humana, tomando ele, então, uma classe proprietária dos meios de produção e a classe que vende sua força de trabalho para nestes operar o processo produtivo. Em outras palavras:

“Para Marx, as classes fundamentais, ao longo da história, constituem - se principalmente a partir da polarização entre os *produtores diretos da riqueza* (os escravos, os servos, os trabalhadores) e os *proprietários dos meios de produção* (a terra, a indústria, as ferramentas, as máquinas, os recursos materiais), e é essa relação polarizada entre os *criadores* e *usurpadores*⁴ de riqueza que caracterizam determinado tipo de sociedade, um modo de produção.” (Montano e Duriguetto: p. 85, 2011)

Em sociedades cindidas pela apropriação privada do excedente econômico, temos um antagonismo de classes que é insuprimível em seus marcos. Elas não só se diferenciam em sua posição na produção, mas em todo o complexo societário que se ergue. O Estado, as relações jurídicas, as organizações militares, a cultura etc, todos eles são atravessados pela *luta de classes* e as perpetuam. Elas materializam o antagonismo para além do chão de fábrica, sendo elas também formas de manter o controle neste. Um trabalhador que quiser se opor ao atual sistema será severamente punido caso queira garantir sua existência sem as relações permitidas pelo MPC. Pense, por exemplo, aquele que decida socializar a riqueza de um banco ou simplesmente adquirir algo nas ruas para trocar por produtos para satisfazer suas necessidades.

A divisão em classes não é uma característica da sociedade capitalista, ela é encontrada desde o Modo de Produção Antigo e também perpassa o Modo de Produção

4 Grifo dos autores.

Feudal. Como nos traz Marx:

“A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membros das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o conjunto das classes em conflito. [...] A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas.” (Marx: p. 8/9, 2008b)

É desse antagonismo que surgirá, a posteriori, o objeto de nosso estudo. É aqui onde as teorias as mais variadas se debruçam sobre a origem de um dos componentes da divisão capitalista em classes. Falo da problemática do Estado.

1.3 - O Estado e o surgimento da ordem monopólica.

Esta longa dissertação acerca do MPC é condição *sine qua non* para tratarmos do Estado Moderno. Ele surge antes do capitalismo e é um de seus componentes de manutenção da ordem do capital. A apropriação de seu aparato pela burguesia tornou-o um dos mecanismos da consolidação política necessária ao ciclo da expropriação de mais-valia. Sua existência é intrínseca às classes sociais em disputa com seus projetos societários

Se em outras correntes, vinculadas ou derivadas do *liberalismo*, o Estado é tratado como um instrumento mediador de classes – como um ente acima da sociedade, imparcial e diferente dela – em nossa problematização teórica ele será encarado como um conjunto de instituições inseridas nesse antagonismo, fazendo parte dele e atuando para a sua reprodução. Sweezy nos chama atenção para os percalços de traçar um estudo acerca deste aparelho estatal. Segundo ele:

“Essa teoria do Estado como mediador supõe, implicitamente, que a estrutura de classes existentes ou, o que vem a ser a mesma coisa, o sistema de relações de propriedade, é um dado imutável, mais ou menos como a própria natureza. Passa, então, a indagar que disposições tomarão as várias classes para um entendimento mútuo e verifica que uma instituição para mediar seus interesses em conflito é a resposta lógica e necessária. A essa instituição são concedidos poderes para manter a ordem e resolver conflitos. No mundo real o que chamamos de Estado identifica-se como a contrapartida dessa construção teórica. A fraqueza dessa

teoria não é difícil de descobrir. Está na suposição de uma estrutura de classes imutável e, por assim dizer, auto-sustentada. [...] A estrutura de classes da sociedade não é parte da ordem natural das coisas; é produto do desenvolvimento social passado e se modificará no curso do desenvolvimento social futuro.” (Sweezy: p. 188, 1983)

Tal afirmação vai ao encontro dos fundamentos marxianos lançados já no Manifesto do Partido Comunista, texto de 1848, que contrapõe-se à teoria liberal do Estado. Marx certamente teve solo histórico privilegiado para os estudos sobre esse tema. Ele viu a consolidação da burguesia enquanto classe dominante, seu abandono dos ideais revolucionários e seu horizonte antifeudal encontrando sua máxima expressão ideo-política, cultural e teórica. A isso juntaram-se também a cristalização política de seu sistema econômico, que antes encontrava-se em confronto com o Estado Absolutista, órgão surgido ainda no período de transição e duramente criticado pelos teóricos vinculados às bandeiras burguesas.

Esses pensadores, diferentes entre si, proponham bandeiras progressistas para os tempos de profundas transformações em que viviam. Contrapunham-se às teorias que teimavam em atribuir a um poder divino o poder do Estado, buscavam na origem da vida em sociedade os fundamentos do surgimento daquilo que designavam como contrato político. Entretanto, caíam em uma perspectiva comum por tomar o homem como um ser individual, algo que só podemos entender quando do surgimento da sociabilidade burguesa. Rousseau, um dos expoentes mais progressistas desta corrente, criticou Hobbes por este considerar o estado natural — o período anterior ao Estado — como uma guerra de todos contra todos onde o lobo é o lobo do próprio homem. O primeiro foi veemente ao afirmar que o antigo escritor inglês não escrevera sobre o homem natural, mas sim sobre os homens de sua época.

Reconhecendo diferenças entre tais autores como os já citados e Locke, suas obras apontavam para uma naturalização da ordem capitalista nascente. Atribuíam ao Estado a mediação de conflitos da vida em sociedade, na forma de um contrato entre indivíduos preexistentes para a garantia da propriedade e de uma liberdade que é inviável no estado natural. Se o Estado surgiu para marcar a divisão entre o Estado natural e o Civil, ele não pode ir contra o direito natural que significa a propriedade que os homens

têm individualmente antes mesmo de um pacto social ou uma vida em sociedade. O aparato político então seria o corolário consensual sobre aqueles que o legitimaram, dando-se por meio de um pacto entre governantes e governados. Essa ideia rompe com o entendimento da Idade Média, no qual o poder era derivação de alguma vontade divina que deveria ser perpetuada ou seria passível de punição. A ruptura deu uma nova conceituação ao homem, colocando-o como um ser natural que vive racional e individualmente e move-se por seus interesses privados. (Montaño e Duriguetto: p. 22/23, 2011) Ainda de acordo com estes dois autores, os contratualistas (a partir de Locke), pensadores que assentavam a fundação do Estado num *contrato*:

“Afirmavam a necessidade de o Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos, o que reduz o exercício do poder estatal a uma função derivada dos direitos individuais. A ordem política é concebida com a finalidade de coibir qualquer violação desses direitos.” (Montaño e Duriguetto: p. 22, 2011)

Logo, tratavam de tornar a propriedade como algo natural à existência humana, alijando disso (e aqui excluo Rousseau) qualquer contraposição às desigualdades econômicas provenientes da divisão em classes (possuidores e não possuidores) a que isso conduz.

O cerne do argumento liberal estrutura sua posição na concepção de um aparato político que deveria reger uma sociedade acima de interesses privados e acima das classes. Se faltava aos liberais daquela época a concretização do MPC para analisar o desenvolvimento do Estado, aos de hoje falta-lhes argumentos para sustentar um discurso pró burguês de um Estado dito neutro. O regime de propriedade onde se edificou o capitalismo não deu espaço para que a classe trabalhadora possa participar desse “pacto”. A estrutura de classe derivada da apropriação privada dos meios de produção pelo capitalista coloca os trabalhadores frente a eles, logo, se possuíssem participação na construção do poder político tentariam, pois, mudar o regime a seu favor. O Estado, que na luta contra o antigo sistema feudal representou a burguesia contra as classes do antigo mundo, passou a ser seu instrumento de manutenção de seu regime de propriedade atrelado a sua divisão em classes.

A teoria marxista do Estado faz o contraponto a estas análises e encontra, já nas

fecundas análises marxianas de 1848, uma conceituação daquele enquanto um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (Marx: p. 12, 2008b). A análise é bem característica de um período que fica conhecido como *capitalismo concorrencial*. Nele, o Estado é — grosso modo — um órgão político de manutenção da propriedade privada, onde o jogo econômico tem como pedra de toque a livre concorrência entre pequenos e médios capitais. Ele necessita garantir a ordem burguesa como um conjunto acima dos interesses de cada capitalista tomado singularmente.

“A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a ‘livre iniciativa’ [...] tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada - embora as quebras e falências durante as crises afetassem especialmente os pequenos e médios capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que, no futuro, seriam cada vez menores, já que à medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e centralização” (Netto e Braz: p.182/3, 2011)

É nesse período que o capitalismo assentará um *mercado mundial*, onde “os países mais avançados [buscaram] matérias brutas e primas nos rincões mais afastados do globo e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala” (Netto e Braz: p. 182, 2011). Assim, conectando o globo, o Modo de Produção Capitalista completará seu último trabalho hercúleo, subvertendo todas as relações ao seu controle econômico.

Quando os dois autores apontam a concorrência entre esses capitais, querem acentuar sua corrida para ganhar superlucros. O fazem – tendo como lócus a extração de mais-valia – reinvestindo parte do excedente que produzem na produção, em outras palavras, tomando parte do lucro materializado na esfera da circulação e transformando-o em capital no novo processo produtivo. A isso chama-se acumulação de capital, objetivando o capitalista tornar sua empresa maior. Porém, não o fazem por uma condição moral ou por ideias empreendedoras iluminadas, são compelidos a fazer pela concorrência entre capitais, para tornar o tempo de produção de suas mercadorias menor. O aumento do meios de produção, categorizado como *capital constante*, aumenta a

produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o tempo médio necessário para a conclusão do ciclo produtivo.

“Essa alteração na composição técnica do capital⁵, o aumento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que a põe em atividade, reflete-se na composição de valor de capital, no aumento do componente constante do valor do capital à custa de seu componente variável.” (Marx: p. 699, 2013)

Na medida em que cada capital coloca o escopo de aumentar de tamanho e concentrar-se, ele investe em capital constante (maquinário, matérias primas e instalações) e faz crescer sua *composição orgânica*, aumenta a produtividade do trabalho e diminui o trabalho necessário. Singularmente, esta unidade produtiva tem uma racionalidade organizacional e um objetivo claro. Entretanto, quando a classe capitalista como um todo opera neste processo, temos em tela uma das características do MPC: a anarquia da produção. Significa dizer que reunião de toda a produção não tem organização e as mercadorias não necessariamente estão de acordo com a demanda, significa dizer que “ao contrário de cada empresa, o *conjunto* da produção de todos os capitalistas escapa a qualquer controle racional” (Netto e Braz: p. 171, 2011). Em meio a isso, os capitalistas se veem envolvidos, em uma mão, a diminuir o tempo médio de suas mercadorias e, na outra, a ampliar sua produção. Quando todas essas unidades produtivas assim operam, eles veem, diante de seus olhos e contra suas vontades individuais mesquinhas, suas margens de lucro diminuindo. A *tendência à queda da taxa de lucro* é presente no MPC na medida em que a vontade singular de cada um em conjunto cria a busílis que os arrasta por inteiro para a crise.

Nesta sociedade, crise é constitutivo e inerente, não podendo ser alijada da dinâmica do capital. Ela acontece a partir da própria concorrência que, na oratória dos liberais, deveria ser o motor do desenvolvimento. A superprodução de mercadorias, a tendência à queda da taxa de lucro, a anarquia da produção e a permanente restrição do

5 “O termo composição técnica descreve simplesmente a capacidade física de um trabalhador de transformar certa quantidade de valores de uso numa mercadoria em dado período de tempo.” (Harvey, p. 254, 2013a)

consumo das massas são alguns de seus componentes determinantes que, por configurarem uma dinâmica contraditória, conduzem às crises cíclicas do capitalismo (Netto e Braz: 2011).

As consequências das crises para o conjunto da sociedade burguesa são nefastas: destruição dos meios de produção e seus produtos, desemprego, alto custo social, etc. Ainda que seu grande impacto seja arcado pela classe trabalhadora, seu espriar atinge todas as classes e instituições existentes.

De crise em crise, com inúmeras quebras e falências, os capitais que sobreviviam necessitavam encontrar formas de manter-se firme e sobrepujar-se aos períodos de recessão. É então que, a partir especificamente da crise de 1873, percebe-se uma transformação substantiva na estrutura econômica capitalista. Desde uma grande diferenciação intraclasses até a inversão da base econômica. Capitais altamente concentrados, sejam eles produtivos, bancários ou comerciais, começaram a dar o tom no sentido da produção capitalista; aqueles dois primeiros operaram uma evicção das suas formas de atuação distantes e tomaram o domínio de mercados através de uma simbiose; O mundo tornou-se então o campo de interesse desses grandes grupos, sendo partilhados os territórios e o mercado capitalista mundial consolidados.

1.4 - O capitalismo monopolista e o avanço do mercado mundial.

O primeiro aspecto a ser analisado é que o *estágio monopolista do capital*, ou *imperialismo*, é uma fase do capitalismo, não sendo ele a superação de suas contradições estruturais, mas sim sua exponenciação. O segundo aspecto é que o mundo é marcado pela busca por superlucros através do controle de mercado por gigantescos capitais. Um terceiro e último fator determinante para darmos início à análise da nova estrutura econômica é que, nesta fase, o domínio global da produção é feito por um novo agente econômico: o *capital financeiro*. Lênin, expoente marxista para o estudo do Imperialismo, assim coloca:

“Concentração da produção; monopólios resultantes dela; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo deste conceito.” (Lênin: p. 75, 2012)

Esta nuance que gesta a entrada na organização monopólica é resultado da fusão de uma alta concentração de capitais, e este novo agente econômico é resultado da fusão do capital industrial e bancário, elevando sua composição orgânica e ampliando sua atuação até o controle absoluto em determinado ramo produtivo. Se antes os bancos eram apenas detentores de dinheiro e o transformavam em capital na medida em que realizavam empréstimos (e outras transações bancárias) para os capitalistas, com o desenvolver da concorrência entre empresas que precisavam aumentar seu tamanho para continuar dentro da taxa média de lucro, as casas bancárias passaram a dispor dos capitais de diferentes empresas. Os pequenos capitais que não mais tinham espaço na concorrência tampouco o teriam frente a estas empresas, é então que estas transformaram (e transformam) os capitais inativos em parte de um grande capital ativo.

“Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os ‘incorporam’, os subordinam, os incluem no ‘seu’ grupo, no seu ‘consórcio’ - segundo o termo técnico - por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de crédito, etc.” (Lênin: p. 57, 2012)

Os bancos catalizaram o processo de monopolização de ramos inteiros, fundindo-se com indústrias já altamente concentradas e centralizadas, e essa concentração feita cada vez por números menores de estabelecimentos que dispunham de mais e mais capitais permitiu-lhes transformarem-se em “monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou muitos países” (Lênin: p. 55, 2012). Essa proporção rompe com um predomínio local e passa a estar presente em todo o território nacional nos países capitalistas mais desenvolvidos à época e, no momento seguinte, levou a uma luta global.

Lênin utilizara uma expressão de Hilferding para definir *capital financeiro*: “O capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam”. Porém o fez de forma crítica,

ressaltando que ela precisa remeter à concentração elevada que levava ao monopólio (Lênin: p. 75, 2012). Esse capital torna-se uma espécie de centro econômico de tudo aquilo que detém, desde a empresa com maior concentração até aquelas com menor tamanho absorvidas pela primeira. Então, aos poucos vai ampliando seu poder de alcance e suas instalações, seus lucros tomam proporções gigantescas.

“O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc, consolidando a dominação da *oligarquia financeira*⁶ e impondo a toda sociedade um tributo em proveito dos monopolistas.” (Lênin: p. 85, 2012)

O destaque no termo *oligarquia financeira* não é fortuita. Esta é uma categoria central no pensamento lenineano, sobretudo no que tange ao Imperialismo. O conjunto dessas empresas enormes não encontra mais limites para seu domínio na vida social. Estados e fronteiras se curvam diante de sua envergadura sobre os processos econômicos por elas atravessados⁷. Em outras palavras, “na medida em que detêm o poder econômico, esses poucos monopolistas dispõem de enorme influência política - em escala nacional e internacional” (Netto e Braz: p. 191, 2011)

Se o capitalismo em sua fase concorrencial criara um mercado mundial, conectando o centro europeu com distantes regiões para exportação de suas mercadorias, na fase monopolista as relações internacionais passam a ter em seu cerne a *exportação de capitais*. Segundo dois analistas do tema:

“A exportação de capitais realiza-se de duas formas: 1ª) *capital de empréstimo*: capitalistas concedem créditos, em troca de juros determinados, a governos ou capitalistas de outros países; 2ª) *capital produtivo*: capitalistas implantam indústrias em outros países. Nos dois casos, o que estimula a exportação de capital é a procura de lucros máximos, seja através dos juros a serem recebidos, seja através dos lucros a serem repatriados - e, nos dois casos, estabelece-se uma relação de *domínio* e *exploração* entre credor e devedor, que se expressa claramente nos vínculos entre os monopólios (e os governos de seus países) e os países (e seus governos) devedores.” (Netto e Braz: p. 191/192, 2011)

Este ponto é de suma pertinência para a problematização deste Trabalho de

6 Grifo meu.

7 “O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em *todos* os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’.” (Lênin: p. 87, 2012)

Conclusão de Curso. Na construção do domínio do capital monopolista à nível mundial (que historicamente acontece no último quarto do século XIX), os vínculos das potências (Europa e EUA) com as colônias e países dependentes estabelece uma subordinação mais acentuada e estrutural destes últimos. Torna basilar uma divisão internacional do trabalho e congrega as estruturas “arcaicas” com a introdução e reprodução monopolista dentro de cada país. Elas inserem então um elemento dinâmico em sistemas econômicos que não puderam (nem lhes era esperado que o fizessem) desenvolver uma burguesia chamada nacional e de aspectos democráticos e populares – muitas vezes essa classe surge das entranhas de classes pré ou semicapitalistas.

Assentados e acentuados os conceitos que são caros à análise de um elemento da particularidade do capitalismo brasileiro, passemos então ao conteúdo histórico da formação social. Longe de encerrar ou amarrar todo o debate, ensejo aportar o conteúdo de meu trabalho em um debate ainda não acabado e oferecer um caminho lógico ao objeto central de meu estudo.

Capítulo 2

Formação Social e Estado do Brasil

“Na história da sociedade brasileira, há raízes da antidemocracia que se acham firmemente plantadas na forma pela qual desenvolveu-se a crescente associação do Estado com o grande capital.”

Ianni

O trato dado às categorias marxianas acerca do Modo de Produção Capitalista não é alheio às preocupações centrais desta pesquisa. O fato delas serem a produção intelectual da realidade europeia abre o caminho para a análise do capitalismo no resto do mundo. Entretanto, achar que o sistema capitalista se equalizou (ou se equalizará um dia) enquanto relações determinadas em todos os países do mundo é, além de um engano, uma armadilha.

Não poucos foram aqueles que intentaram, seja teoricamente, seja politicamente, considerar as relações capitalistas do epicentro europeu como uma força social que tenderia a ser igual, *pasteurizando* todas as relações pré e semi-capitalistas dos outros continentes.

O objetivo aqui é de contribuir para o conjunto da literatura que trata da formação social do Brasil, tentando buscar nas características ontogenéticas os elementos fundamentais da sociedade e do Estado brasileiros. Nesta esteira, busco tratá-los em seu movimento, desde a colonização – enquanto forma integrada ao sistema capitalista em expansão/desenvolvimento – até a consolidação da política do grande capital monopolista, concretizada por uma ditadura empresarial-militar que assumiu o aparelho do Estado em 1964. Assim, o trato de temas caros ao pensamento social brasileiro serão trazidos à tona, como a burguesia “nacional”, a possibilidade de uma capitalismo autônomo, que rompa com a dependência, os limites de uma democracia política liberal-burguesa tal qual no centro desenvolvido, etc. É nesta trajetória que as características lastreadoras da autocracia burguesa se instauram e cristalizam na vida nacional.

2.1 - O sentido capitalista da colonização.

Muito foi discutido, dentro e fora da esquerda, acerca das características nacionais que foram fincadas através dos anos na nossa formação sociohistórica. Mas foi Caio Prado Jr um dos primeiro a encontrar na colonização um sentido histórico integrado ao capitalismo em desenvolvimento.

Vista deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos, que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para um segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. [...] Não nos interessa aqui, é certo, o conjunto da história brasileira, pois partimos de um momento preciso, já muito adiantado dela, e que é o final do período da colônia. [...] A sua síntese. Não se compreende, por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, seu *sentido*. (PRADO JR.: p. 16, 2011)

Essa síntese do período colonial não é somente uma etapa historiográfica brasileira que possa tratar-se como findável em si. Ela enraizou os aspectos de nossa classe dominante e de seu Estado e expandiu seu caldo cultural (articulado ao estatuto colonial) por todo o território nacional. O fim, assim como o início, deste período foi firmemente fincado pelo centro capitalista mundial. Tais interesses estrangeiros permaneceram na transição da Independência e na ascensão da República. Destarte, não podemos desvincular a colonização do Brasil e América do processo em curso de expansão e consolidação do capitalismo no mundo.

A expansão marítima portuguesa de fins do século XV já era circunscrita pela crescimento da burguesia comercial dentro do recém criado Estado nacional. Se ainda existia uma nobreza de origem feudal fortemente inserida neste, era ali onde as forças burguesas conseguiam desenvolver suas bandeiras e conquistar prestígio político junto ao monarca.

Portugal [...] materializa e expressa esta primeira fase do processo de 'passagem', na medida em que se torna o primeiro Estado nacional europeu, ao final do século XIV, e cria as condições objetivas para o surgimento de um poder político centralizado, que irá subsidiar a expansão marítimo-comercial lusitana dos séculos XV e XVI, propiciando a criação do que será conhecido como 'sistema colonial'. (MAZZEO: p. 29, 2015)

É este caráter expansivo que o capitalismo assume já em suas primeiras formas de desenvolvimento que compele a burguesia mercantil portuguesa a expandir seus

domínios. A busca pelo *novo mundo* era então a forma de abastecer as transformações dentro do país, conseguindo comercializar produtos para os centros europeus.

Assim, temos claro que as formações sociais coloniais se apresentam, já em sua gênese, como *capitalismos-particulares, desiguais e combinados*, que se articulam com os polos econômicos dominantes da Europa, integrantes, então, do vasto processo de acumulação mundial do capital.⁸ (MAZZEO: p. 73, 2015)

Isso nos abre um caminho metodológico de apreensão do real que elimina a possibilidade da existência de modos de produção alternativos. Aqui a totalidade da vida social na expansão capitalista dá o terreno de entendimento para localizarmos o real lugar das colônias. Elas não foram sistemas fechados em si que tinham uma anatomia completa, como pretende Gorender:

Foi [a plantagem] a forma de organização dominante no *escravismo colonial*. Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, inclusive as não-escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do *modo de produção escravista colonial*. (GORENDER: p. 147, 2005)⁹

Ou Coutinho:

[...] Assumo como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista (de resto, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção, no sentido de atribuir-lhe novas leis, mas indica precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional: uma subordinação que certamente sobredetermina essas leis, que são porém as leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil). É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômico-social. Ele infere, por um lado, na produtividade do sistema, que se mantém estacionária (ao contrário do que ocorreria no feudalismo), com todas as consequências que disso resultam para a criação ulterior de um mercado interno e, portanto, para a forma 'prussiana' que prevaleceria quando da transição ao capitalismo. (COUTINHO: p. 39, 2011)

Em primeiro lugar, tais análises fazem uma diferente leitura da relação dialética acerca da particularidade, concreta, do conteúdo capitalista assumido nas terras tupiniquins. Ainda que se tente afirmar a miríade superestrutural nacional sobre as formas produtivas baseadas no trabalho escravo, não tem esta um funcionamento desvinculado e independente da metrópole europeia. Pelo contrário, a problemática da escravidão enquanto forma do trabalho aplicado nas plantagens surge para solucionar a necessidade de se abastecer os mercados europeus com as mercadorias de alta procura

⁸ Grifos do autor.

⁹ Grifos meus.

em um momento de liberação gradual dos trabalhadores da servidão. O trabalho forçado foi então utilizado como maneira de ocupar os vastos territórios e para produzir em larga quantidade. Os ecos do trabalho livre seriam ainda por muito tempo resumidos ao velho continente. Nas palavras de Mazzeo:

Aqui está, a nosso ver, o aspecto fundamental que determina a introdução do trabalho escravo nas colônias americanas, isto é, a necessidade objetiva da produção ampliada de mercadorias para os centros consumidores europeus. Nesse sentido, a produção colonial direciona-se para os produtos altamente comercializáveis nas áreas centrais do capitalismo mercantil: produtos com procura manifesta, como o açúcar, o tabaco, o algodão, o anil, o cacau, a madeira etc. Por essa razão básica é que nas 'colônias de exploração' a pequena propriedade não encontrou situação favorável. (MAZZEO: p.76, 2015)

Tão importante quanto os questionamentos acerca da forma do trabalho aplicado às colônias, é também a questão de sua unidade produtiva: o engenho. Alvo de inúmeros debates e controversas, sua leitura é extremamente plástica dentro de diferentes entendimentos do Brasil. Desde sua associação a uma unidade feudal, como Guimarães¹⁰, até sua autonomização do processo de mercantilização, em um modo de produção escravista colonial, como o já citado Gorender¹¹.

A forma engenho surgiu não como vontade pré-determinada dos colonizadores, mas como a possibilidade dentro dos objetivos que eles tinham para o mercado europeu. Prado Jr encontra essa *possibilidade* condensada em três fatores:

“[...] A colonização portuguesa foi estritamente levada pelas circunstâncias em que processou, e sofreu as contingências fatais criadas pelo conjunto das condições internas e externas que acompanham a obra aqui realizada por ela. A grande exploração agrária – o *engenho*, a *fazenda* – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento desse território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical de sua terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem

¹⁰ “Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir - a ordem de produção peninsular no século da Descoberta - continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal.” (Guimarães: p. 39, 2005)

¹¹ “A plantagem escravista antecipou a agricultura capitalista moderna e o fez associando o cultivo em grande escala à enxada. Por sua estrutura e pelas leis do seu funcionamento, a plantagem escravista excluía ou emperrava os avanços da tecnificação, ao passo que a agricultura capitalista é obrigada incessantemente a desenvolvê-la em resposta à demanda do mercado, ao encarecimento da terra, da mão-de-obra etc. Ainda assim, a plantagem escravista colonial teve na escala do cultivo, no emprego de equipes coletivas sob comando unificado e na divisão do trabalho as vantagens que lhe permitira sobrepujar a agricultura familiar.” (Gorender: p.162, 2005)

fornecer. São esses, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores.” (PRADO JR.: p.124, 2011)

Este trecho elucidava que sua estrutura, a própria concretização do engenho, não foge das condicionantes mais gerais que ocorriam no mundo. Ao contrário, ele era uma de suas partes orbitantes e imbricadas. Seu lugar na produção total não era antagônico. Sua forma de trabalho, existente até o últimos anos do século XIX no Brasil, não constituía um desvio ou anacronismo, mas sim o preço que a colônia pagava por sua inserção desigual e combinada no sistema mundial.¹²

Entretanto, não podemos concluir que o engenho em si era capitalista. Ele era um acessório integrado ao sistema capitalista mundial em expansão - integração subordinada aos interesses das metrópoles. Como dissemos no capítulo 1, o capital é relação social, é a contradição expressa entre o capitalista e o trabalhador livre. O segundo não é ator social no engenho. Já o primeiro personagem possui complexa evolução e dinâmica social no Brasil colônia, com poucas nuances através do tempo até a Independência. Essa figura do capitalista estará presente no ator social que detém o poder econômico a partir de sua fazenda: o senhor de engenho. Com o estatuto colonial debaixo do braço, o senhor de engenho pode ser até apreendido por sua aparência aristocrática, porém sua busca incessante nas terras brasileiras era o lucro (MAZZEO: p.79, 2015).

Ele operara o que se configurou como a razão *per se* da colonização de nossas terras: abastecer o mercado Europeu e acumular a riqueza numa metrópole que se atrasava cada vez mais em relação às outras potências. Ele tornara-se, então, o proprietário dos meios de produção aqui estabelecidos, como também era ele o elo com o comércio estrangeiro. Sua atuação lhe concedia o privilégio de montar seu próprio aparelho de administração política local, que organizaria as condições econômicas e extra econômicas na colônia, as políticas orientadas pela metrópole e atenderia às exigências dos compradores internacionais. O conjunto desta administração era o espelho real de uma sociedade de maioria escrava, homens livres nas cidades subordinados ao poder da fazenda e desses grupos familiares donos dos engenhos.

Essa ‘adaptação’ da sociedade portuguesa no Brasil, vista nesta perspectiva, é a nova ‘síntese’, que, dialeticamente, também constrói, a partir do *particular-específico-colonial*, também uma superestrutura específica, isto é, uma

¹² “Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo.” (Marx: p. 829, 2013)

sociedade conservadora, rígida, cuja 'classe dominante' - os 'aristocratas coloniais' -, pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros do capitalismo mundial. [...] Além da grande exploração rural, os donos de terra monopolizam também a riqueza e o poder político. Os poucos homens livres, na sociedade escravista brasileira, tinham suas vidas controladas pelo latifundiário; fossem eles da cidade ou do campo, sendo que nestes últimos a pressão e a dominação pessoal do latifundiário era mais intensa. (MAZZEO: p.79, 2015)

Com uma leitura um pouco diferente da que Mazzeo traz a respeito do personagem burguês e a colônia, Florestan Fernandes aponta para a anatomia econômica-social que impediu a existência daquele no horizonte do engenho. O autor afirma tacitamente que o senhor de engenho é uma figura *colonial*, e que o burguês seria inviável numa estrutura social balizada pelo escravismo, a grande lavoura e o estatuto colonial (Fernandes: p. 34, 2005). Apesar das diferenças, suas análises convergem num ponto de inflexão da história brasileira: a *independência*.

Caio Prado Jr. colocou que se a história oficial não se apegasse completamente ao fato formal e sim à condição real, a independência política do Brasil seria datada de 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro e da transferência da capital portuguesa para as terras cariocas. (Prado Jr: p. 46, 2012). Certamente, tal mudança provocara uma significativa alavancada nos interesses da classe dominante local (tanto em seus representantes brasileiros quanto os lusitanos assentados). No entanto, o cerne que nos interessa é a característica particular da emancipação política do Brasil.

À época de nossa independência, toda a América Latina já havia enfrentado a situação colonial imposta pelos europeus. Aqui, além de tardia, a transformação não possuiu um caráter nacionalista ou democrático. Toda insurgência que pretendeu liderar uma transformação com os de baixo foi massacrada pelas forças do regime, negando qualquer espaço para eles, fazendo da transformação um *arranjo político* que, organizado de cima, possibilitou a ruptura com o estatuto colonial. Tal arranjo consistiu em:

[...] manobras de bastidores, em que a luta se desenrolou exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de afastar a influência das cortes portuguesas e trazê-lo para o seio dos autonomistas. Resulta daí que a independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a independência praticamente à revelia do povo; e se isso lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto. (PRADO JR.: p. 51, 2012)

O desfecho respondeu às requisições dos senhores de engenho e de sua posição

frente ao comprador europeu, especialmente a Inglaterra. Em meio a uma crise internacional, a resposta de nossa classe dominante foi uma garantia de entronizar o poder decisório para um aparelho de Estado autônomo da metrópole mas que também não estivesse entregue ao conjunto da população. A elite, ainda com seus devaneios nobiliárquicos, não utilizou como motor a possibilidade de introduzir elementos dinamizadores numa economia plenamente colonial-exportadora. Ela radicalizou e esgarçou a relação com Portugal de forma a esgarçar qualquer radicalização das transformações. A unidade destes caciques econômicos, tão espalhados no território brasileiro, girou em torno da ojeriza pela influência de uma participação popular e da continuidade da anatomia econômica exportadora existente na colônia.

A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. [...] Com a impossibilidade dessa conciliação, D. Pedro apareceu como o instrumento político que propiciara a emancipação em relação a Portugal, sem a participação popular e sem a temida democratização da sociedade. Essa 'articulação pelo alto', que levou à ruptura com Portugal, à unidade das frações de classes em luta e à entronização de D. Pedro sem os traumas de uma convulsão social - com a inevitável participação das massas populares -, proporcionou um momento de rearticulação dos grupos em disputa e refletiu a homogeneidade, na maioria dos líderes da independência, da postura de alijar as massas de qualquer processo político-social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular e da manutenção de uma economia de vezo colonial, por parte das frações burguesas em disputa. (MAZZEO: p. 83, 2015)

Esta nova etapa abriu espaço para o fortalecimento das cidades. É aqui o momento em que os senhores de engenho começam a participar mais ativamente da vida nos grandes centros urbanos. É também o momento em que uma pequena burguesia urbana surge, dispersa e não organizada, que tem a origem no Brasil mas com desenvolvimento hipotecado aos grandes empresários do engenho. Outra característica importante é que nas décadas que se seguiram à Independência, o trabalho livre expandiu-se no Brasil, mas não suprimiu o trabalho escravo. Ao contrário, este continuou até fins do século, quando o país já encontra-se à beira de outra transformação política. A escravidão, como já dissemos, era um dos pilares essenciais de sustentação da ordem colonial, e, com isso, sua supressão frente às requisições do mercado internacional era cada vez mais provável. A forma como se deu, entretanto, foi arrastada durante quase

todo o século¹³, visto que a melhor maneira que os latifundiários encontraram para manter suas taxas de lucro era seguir utilizando a escravidão.

O período que compreende o Império foi marcado, como já dito, por uma forte organização política dos burgueses proprietários de terras. Aqui concretiza-se a *via prussiana-colonial* de formação de nossa burguesia e de seu Estado. A forma como a conciliação moldou este novo aparelho, para adequar-se às requisições da classe dominante, não colocou nenhuma abertura democrática. Ao contrário, foi a classe agrária que metamorfoseou-se no capitalista capaz de dominar a economia nacional, logo não há uma ruptura radical¹⁴, com bandeiras democráticas frente ao *Ancien Régime* como nos três países de capitalismo mais desenvolvido¹⁵. O liberalismo que foi trazido da Europa e embebeu nossos burgueses foi adaptado pelos seus aspectos econômicos. O livre mercado e a livre produção foram as bandeiras para levar a classe dominante a romper com a metrópole, sem, com isso, romper com a estrutura colonial em vigor no país. Seu nacionalismo anti-metropolitano encerrava-se num conteúdo metropolitano anti-nacional.

Nesta *via prussiana-colonial*:

a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto 'elo débil' do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico (MAZZEO: p. 107, 2015)

E o lugar da Independência nela:

assemelha-se mais à contrarrevolução; à conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto. Não nos esqueçamos de que a ideia de separação total em relação a Portugal concretiza-se quando se evidencia a impossibilidade da manutenção da monarquia dual, com a preservação da autonomia comercial brasileira. Desdobra-se, então, que as ideias liberais foram utilizadas, no Brasil, com intuitos amesquinçados e levando em conta os processos emancipacionistas dos outros países do continente. (MAZZEO: p. 107, 2015)

In a nutshell, o processo da independência afirma a *via prussiano-colonial* quando: não transformou a base econômica de nossa economia, mantendo a economia agrário-exportadora; não rompeu com as formas de poder político concentrada na classe

¹³ Em 1850 foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz, que impedia o tráfico de navios negreiros para o Brasil, que pouco mudava algo visto que os filhos dos escravos já sitiados no Brasil dava conta de abastecer as necessidades do engenho. Em 1871, a Lei do Ventre Livre concedia a liberdade para qualquer um que nascesse a partir daquela data. Em 1885, a Lei dos Sexagenários tornava livre os escravos maiores de 60 anos. Finalmente a Lei Áurea tornou livre todo e qualquer escravo no Brasil.

¹⁴ Importante destacar que, com a ausência de um proletariado e burguesia em cena no Brasil, o movimento que poderia receber o conteúdo revolucionário no acirramento da luta de classes aqui fica inócua, tornando-o uma retórica da classe dominante.

¹⁵ Refiro-me aqui às revoluções Inglesa, Francesa e Americana.

dominante agrária que, então, inicia seu desenvolvimento rumo ao seu aburguesamento completo; criou o aparelho estatal segundo suas características anti-democrática e anti-nacional, como um espelho que reflete os traços mais fortes desta burguesia.

Então, a burguesia, subordinada aos interesses estrangeiros, seguira rumo à uma “modernização” do Brasil. Embora esta aconteça, ela só se deu no campo econômico, residindo ainda sob estruturas coloniais da política e de seu caráter entreguista.

Assim, a ‘modernização’ do Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica. Diferentemente dos processos bonapartistas clássicos há no brasileiro, não só a conciliação com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira *cede seu poder econômico para manter o poder político*, que, diga-se de passagem, terá sua autonomia nos limites impostos pelas potências industriais europeias, agora em processo acelerado rumo ao imperialismo, de cuja cadeia o Brasil será um dos elos débeis. (MAZZEO: p 113, 2015)

Deste modo, o caldo cultural criado pela burguesia permeou/permeia o seu Estado. Será ele o garantidor das condições de uma burguesia que, dentro daquele, governa para si. O Estado, longe de ter sido resultado de uma luta revolucionária e democrática, assume no Brasil um caráter autocrático, onde o poder econômico burguês brasileiro alija as massas do poder político.

2.2 - A República e o caráter transitório da democracia no Brasil.

Com o fim da escravidão e, em seguida, do Império, o caminho para a burguesia brasileira rumo a uma modernização no país estava aberto. O desfecho para a revolução burguesa que se abria no fim do século XIX já era irreversível e a consolidação do capitalismo no Brasil já aparecia no horizonte. Contudo, precisamos dar relevo aos aspectos por sobre os quais essa revolução se desenrolou e as continuidades e rupturas que ela provocou com a ordem anterior.

O bloco que assume as rédeas da república continua sendo uma fração da oligarquia agrária. É importante trazer ao debate que:

O que muitos chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um ‘colapso’, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil [...]. (FERNANDES: p. 239, 2005)

Tal recomposição não encontrou a sua frente forças políticas capazes de, separadamente, criar uma instabilidade política para a ordem então formada. Entretanto, a oligarquia incluiu paulatinamente a burguesia urbana – que tinha a possibilidade de ampliar a industrialização – no seio do poder. Isso revela que nossa burguesia fora astuta quando compactuou com a classe agrária (especialmente a paulista) para poder ampliar seu poder político e suas possibilidades econômicas (conciliação essa que representava o possível para a nascente burguesia urbana).

Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*¹⁶, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quanto do 'adiantamento' das populações. (FERNANDES: p. 240/1, 2005)

Essas duas faces de uma classe dominante não formaram, entretanto, um bloco homogêneo. Ao contrário, existiam divergências pungentes mas que eram ora solapadas pela necessidade de modernizar o país ora levadas ao atrito no controle desta transformação e nos rumos dos negócios. Repare que o traçado dentro do qual a burguesia se moveu neste período é extremamente formatado ainda pelas condições anteriores à República.

A Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de 'duas nações', a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma 'nação de iguais'), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a 'nação real'). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico. (FERNANDES: p. 242, 2005)

Ela deu continuidade ao que vimos na concretização da via prussiana-colonial: uma classe dominante que tem ojeriza do popular, que nutre uma chama de medo pelas garantias democráticas que poderiam levar as massas aos centros decisórios. Assim, a classe agrária (que em Fernandes não se configura como burguesa) anexa em suas franjas uma burguesia moderna alinhada a ela politicamente e através de escopos econômicos em comum. Ao intencionar a modernização como um espelho econômico

¹⁶ Grifos do autor.

voltado para o capitalismo central, ela quer implantar um desenvolvimento econômico tal como o das potências capitalistas sem com isso dar qualquer concessão política à classe trabalhadora. As greves foram um exemplo nas indústrias que permearam a República Velha e foram tratadas como caso de polícia, sendo reprimidas brutalmente.

Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES: p. 243, 2005)

Sobre essa estrutura econômica, a política no Brasil limitava-se a uma formalidade eleitoral. Com reduzido número de pessoas habilitadas a votar e, ainda assim, sem o voto secreto, a oligarquia paulista e mineira fundiram-se para ocupar o poder executivo nacional. Revezando-se entre os representantes dos barões do café de São Paulo e os do leite de Minas Gerais, a presidência era passada quase como uma posse senhorial. Esse sistema ocorreu até o ano de 1930, quando encontramos um divisor de águas na nossa política.

A inflexão histórica causada pela “Revolução de 1930” foi repleta de rupturas e continuidades na sociedade brasileira. O uso das aspas refere-se ao fato de que essa “Revolução” não teve em seu percurso nenhum conteúdo revolucionário, com participação popular das massas. Foi a reposição autocrática de uma transformação pelo alto, onde frações da elite disputam a direção do aparelho estatal e arrancam-na a revelia do povo, com claros objetivos econômicos daqueles fora do bloco hegemônico. Um exame mais detalhado dos personagens deste capítulo da história nacional – que não cabe em nosso estudo – revelam que na falta da transformação que queriam, preferiam manter as coisas como estavam ante uma revolução radicalizada¹⁷.

Se foram as elites riograndense e mineira, excluídas do então bloco político, que lideraram a “revolução”, foi para responder às exigências de um capitalismo moderno que o novo governo agira¹⁸. A ruptura aqui instalada quanto ao Estado guardava em si grandes continuidades, porém esse elemento do novo criara uma síntese para o conjunto da sociedade brasileira. Pela primeira vez, vemos o Estado intervindo para uma *industrialização* da economia. “Pouco a pouco, a economia primária exportadora,

¹⁷ Antônio Carlos, que seria o sucessor na presidência de Washington Luis - em meio à interrupção na alternância do poder entre São Paulo e Minas Gerais, condensou a ação da elite ao dizer “Façamos a revolução antes que o povo o faça.”

¹⁸ Apesar de os industriais não apoiarem o golpe de 1930, ficando ao lado das oligarquias paulistas.

predominante até a *'revolução de 30'*¹⁹, foi sendo recoberta pela industrialização substitutiva de importações, que passou a expandir-se e predominar nas décadas subsequentes.” (Ianni: p. 252, 2004)

É este o momento no qual o capital monopolista expande sua atuação por sobre o Brasil e as economias satélites, aquilo que Lênin chamara de Imperialismo. Quando os capitais internacionais estão num alto nível de concentração, sua anexação de todo o mundo aos seus interesses tornou-se inevitável. É mister ressaltar que, ao falar em “substituição de importações” ou “industrialização da economia nacional”, não queremos dizer com isso uma autonomização de nossa economia como um todo ou mesmo uma virada contra a oligarquia agrária. Todo o jogo criado pelo *desenvolvimento do capitalismo brasileiro* estava inserido na nova estrutura mundial do capitalismo monopolista, sem com isso anular as estruturas internas já existentes.

O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir “a ‘integração’ do comércio interno, a ‘proteção’ dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a ‘introdução’ das indústrias de bem de consumo, a ‘intensificação’ das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas. (FERNANDES: p. 26, 2009)

Mantendo isso em tela, cabe dar a importância que o capitalismo no Brasil tem como característica ser *dependente*. Nossa inserção é subordinada aos interesses centrais. “Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos.” (Fernandes: p. 27, 2009). O Estado tem um imprescindível papel organizativo para garantir este pacto entre a burguesia nativa e o grande capital internacional²⁰.

O exame das relações entre o Estado e a economia (à luz das diferentes políticas econômicas governamentais) permite, ainda, compreender algumas manifestações particularmente importantes do *capitalismo monopolista*, conforme ele se constituiu no Brasil. Assim, não se trataria de examinar ‘a estatização da economia brasileira’, ou o ‘capitalismo de Estado no Brasil’. O que se pode é verificar como o Estado desempenhou funções decisivas (tanto econômicas como políticas) para o funcionamento e a expansão do capitalismo monopolista em condições de dependência. (IANNI: p. 21, 2009)

Enquanto no âmbito econômico havia um desenvolvimento, a face política do novo

¹⁹ Grifo meu.

²⁰ “Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado.” (Netto: p. 24, 2011b)

bloco mantinha-se resguardado. Apesar de uma nova organização dos atores e dos canais de acesso (do qual trataremos adiante), o conteúdo pouco mudara:

[...] É preciso que fique bem claro que não havia risco em abrir, na aparência, um espaço político demasiado amplo para as possibilidades de atuação histórica da burguesia nativa. Tal espaço político nascia congelado e morto. Ele não podia ser saturado através de qualquer grupo que fizesse 'oposição dentro da ordem', em nome dos interesses sagrados da burguesia: e tampouco poderia ser solicitado por grupos revolucionários. [...] (Em certo sentido, tratava-se de um espaço político anômico; existia, porque as instituições não prescreviam o seu uso histórico nem o tornavam acessível aos que estivessem fora das posições de dominação econômica, social e política; e a estes não interessava lançar mão de tal reserva de poder, pois nenhuma razão econômica, social ou política aconselhava uma 'revolução dentro da ordem', a partir de cima, de cunho autodefensivo). [...] Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma 'revolução dentro da ordem' ou da 'simples consolidação do regime'. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido político, e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma 'democracia restrita', aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa. (FERNANDES: p. 248/9, 2005)

O que a democracia burguesa permitiu foi, no máximo de seus momentos de "autocracia velada", uma oposição consentida e dentro das suas diretrizes. As organizações políticas dos trabalhadores só conseguiram ganhar diálogo dentro deste aparelho no momento em que foram tuteladas pelo poder estatal, tornando a maior parte das organizações em braços de consentimento do Estado. Tal relação tutelada reiterou as faces oligárquicas e patrimoniais, que se mesclam com as novas práticas de dominação implantadas junto à classe.

Neste ambiente, a figura do executivo passa a concentrar força maior frente às outras instâncias. Ele encarna uma política autoritária na relação Estado-sociedade. Isto não exime o Legislativo de sua responsabilidade nessa ciranda política, no entanto ele encontra-se subordinado na administração pública. Nas palavras de Ianni:

O forte comprometimento do Estado com o capital implica a expansão do Poder Executivo, em detrimento do legislativo. Em um país de tradição política autoritária, no qual predominam o pensamento e a prática que privilegiam a missão 'civilizatória' do Estado na sociedade, o alargamento do poder econômico do Estado implica a expansão do Executivo; implica o alargamento do poder político e cultural do Executivo. [...] Além do mais, o Legislativo é continuamente cooptado pelo Executivo [...]. Acontece que a tradição política autoritária, uma cultura política que combina o patrimonial com a racionalidade do grande negócio, impregna também o Legislativo. (IANNI: p. 260/1, 2004)

Foram essas as características principais que marcaram o Estado no período de 1930 a 1964. Embora tenhamos tido diferentes invólucros políticos, o conteúdo continha a

reposição de uma via prussiano-colonial, que carregava o bonapartismo brasileiro de um Estado autocrático. Esta característica não surgira da vontade de nossa burguesia, ao contrário, ambas surgiram das condições que o capitalismo dependente no Brasil se configurou, na origem colonial de nosso país e em nossa industrialização tardia. Do primeiro governo Getúlio (1930-1937) até o mandato inacabado de João Goulart (1961-1964), passando pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) e pelo período de Juscelino Kubitschek (1956-1960), entre idas e vindas, o Estado assumiu a direção do processo de modernização conservadora do Brasil, e suas características antidemocráticas deitaram raízes em nosso solo histórico.

A entrada na década de 1960, entretanto, constitui um momento ímpar para o caminho de nossa história. Aquele “populismo” que tutelava uma sociedade civil abriu vias de organização política da classe que, então, passara a demandar um novo rumo para o país. Longe de se configurar como um momento revolucionário, as bandeiras continham, em seu conjunto, o nó para romper com esse fio cultural que dera o tom no Brasil até então. São eles resumidos muito bem por Netto:

Em primeiro lugar, [...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; [...] No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados. Em segundo lugar, uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política: foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. [...] [A classe dominante conseguiu] que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social. Em terceiro lugar, [...] o que é pertinente no caso brasileiro, não é um Estado que se descola de uma sociedade civil ‘gelatinosa’, amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua; é-o um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos. (NETTO: p. 18/9, 2011a)

Os movimentos dos trabalhadores preencheram as ruas com as bandeiras das chamadas *Reformas de base*, exigindo que o projeto político mudasse para um rumo nacional-democrático. Era a particularidade brasileira em meio a um clima mundial de levante das massas, de questionamento da ordem capitalista e de organização política do operariado. Entretanto, nos países do chamado Terceiro Mundo, a ofensiva do Imperialismo internacional aplacou à ferro e sangue essa luta. Na forma de um golpe, a classe proprietária abriu um período de “contrarrevolução preventiva” (Fernandes: 2005) para frear as possíveis transformações democráticas em terras tupiniquins.

2.3 - A autocracia burguesa e sua forma ditatorial.

Ao analisar o período da Ditadura empresarial-militar, devemos considerar suas principais características e sua inoculação no momento de reajustamento da hegemonia norte-americana dentro da Guerra Fria. A primeira qualidade a se analisar é retomar a característica de que o Estado é necessariamente um Estado de classe, burguês. Se seu conteúdo é ou não democrático, isso é resultado de um amplo jogo de forças. Esperar que o desenvolvimento do capitalismo leve necessariamente a uma ampliação democrática é um engano.

O próprio conceito de república democrática burguesa é a expressão contraditória desse artilho da história que coloca as massas em movimento para instaurar o poder do capital. Queremos com isso dizer que: 1º a democracia burguesa é a unidade de dois contrários, a democracia e a burguesia; portanto, um Estado capitalista é tanto mais democrático quanto seu proletariado é mais forte e vice-versa; 2º a burguesia não tem nenhum compromisso de princípio com a democracia; lutando contra a ordem feudal, ela não se debatia pela revolução *democrático*-burguesa, mas tão somente pela *revolução burguesa*. Que sua realização se dê 'pelo alto' (Alemanha) ou através de uma insurreição popular (França) é secundário para o capital. O caráter contraditório da democracia burguesa permite compreender que as diferentes espécies de autocracia burguesa (falando apenas do século XX: o fascismo, os Estados militares nos países capitalistas dependentes etc.) não são 'exceções' a uma pretensa 'vocalização democrática' do Estado burguês, mas o resultado histórico concreto da luta entre as diferentes classes e camadas sociais de um dado país capitalista. (MORAES: p. 63, 2014)

Dito isto, passemos ao ponto culminante que levou ao divisor de águas para o Brasil. Se era certo que uma industrialização acelerada poderia modernizar a economia do país, também abria-se no horizonte desta realidade a contradição que exporia os entraves de modernização tão comprometida com os setores latifundiários e os capitais estrangeiros. A organização operária e de outras camadas urbanas envolveram o Brasil num cenário de possível transformação do pacto conservador que organizara a política até então. A análise de Netto traz uma lúcida afirmação sobre o momento:

Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundista, acrescidas das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado [...]. A consequência, a médio prazo, do que estava em jogo – não capitalismo ou socialismo, mas reprodução do desenvolvimento associado e dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas e nacionais, antiimperialistas e antilatfundistas - poderia ser a *reversão* completa daquela particularidade da formação social brasileira. (NETTO: p. 24, 2011a)

Netto refere-se aqui exatamente às determinações históricas produzidas por um país de transformação pela *via prussiano-colonial*. Esta situação colocava os setores mais dinamizados da economia brasileira, em finais da década de 1950 e início de 1960, entre a possibilidade de apoiar uma reorganização da estrutura econômica, passando a abrir diálogo com as classes subalternas na construção de uma liberal-democracia – colocando sua hegemonia política em disputa novamente, ou aprofundar a heteronomia da economia e poder político brasileiro além de manter o afastamento das massas, recolocando em patamar mais alto os traços de dependência.

Se à época os comunistas acreditaram poder apostar num pacto com esses setores não hegemônicos e mais dinâmicos da burguesia, a história nos mostrou que esta existia inserida nas franjas dos setores vinculados ao grande capital imperialista. Foram esses setores que, por meio do fuzil das Forças Armadas, levaram ao novo pacto entre as classes proprietárias e tomaram o Estado para uma concretização elevada da autocracia burguesa. Sobre esta *encruzilhada histórica brasileira*, Dantas nos traz que:

Com o acirramento da luta pelas reformas de base entre 1961 e 1964, a conquista militar do Estado se mostrou imprescindível para estabelecer as bases duradouras da subordinação estrutural do Estado, da economia, da sociedade e do território nacional aos interesses do imperialismo e da burguesia nacional, que subalternamente se lhe associou. (DANTAS: p. 19/20, 2014)

O resultado disso tem duas faces. A primeira era assegurar ao projeto estratégico do grande capital naquele momento: a) uma alta exploração da força de trabalho, a cabo de uma repressão brutal de suas organizações; b) financiamento público da acumulação capitalista aliado à fomentação de crédito e organização do mercado de capitais; c) acumulação capitalista ao custo de uma escalada enorme do endividamento externo; d) reorganização do Estado, em seus aspectos econômicos e políticos, mas também em sua face policial-militar para imprimir em suas ações os anseios das classes mais conservadoras frente às manifestações de cunho democrático e popular; e) a intervenção do Estado para prover infraestrutura e uma moderna industrialização do país; f) um planejamento capitalista do uso do território nacional principalmente da região centro-oeste e Amazônia²¹; g) consolidação de um sistema avançado de ensino, tecnocrático e alienante para garantir a rápida industrialização capitalista; h) criação e fortificação de

²¹ “Seu custo foi a devastação ambiental em larga escala, o genocídio dos povos indígenas e a expropriação dos camponeses, que desencadeou o êxodo rural de massas essencial para a formação do proletariado urbano e dos contingentes humanos que integram o vasto exército industrial de reserva e garantem uma das principais vantagens competitivas: os baixos salários e as condições degradantes de trabalho [...]” (Dantas: p. 20, 2014)

aparelhos de hegemonia que degradassem a informação e contribuíssem para o rebaixamento intelectual, como a TV Globo (Dantas: 2014).

A segunda face era amarrar todas essas características numa estrutura a nível nacional que fincasse um padrão de dominação burguesa a longo prazo, que pudesse sobreviver até mesmo após o ocaso da ditadura. Cunhar um Estado forte nestas rígidas estruturas era imprimir rupturas e continuidades na autocracia burguesa no Brasil. Se era sob um capitalismo dependente que eles iriam reestruturar este aparelho, seria com a exclusão das massas a primeira garantia aos interesses do capital monopolista. O fato de o popular ver-se alijado, no entanto, não caracteriza uma simples continuidade. É preciso entender que, ainda que emergencial para as classes proprietárias, o golpe de 1964 revela-se de maneira instintiva como uma solução para as problemáticas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente desde fins da década de 1950.

A continuidade expressa-se na manutenção de uma heteronomia, de um Estado que assegura a ausência de um campo de disputa de projetos societários para prover-se como espaço do bloco dominante formado por setores latifundiários, o capital monopolista e frações da burguesia nativa. Na outra mão, há ruptura com o momento anterior: o golpe encerra o período iniciado na “revolução de 1930”, solapa as conquistas da era Vargas e a parca democracia criada nela. Não podemos incumbir no erro de que a ditadura da autocracia burguesa é apenas a reprodução, de maneira blindada, do período anterior; antes, ela redimensiona o Estado, que assume a transformação do complexo societário para ajustar-se à nova conjuntura. O golpe, então, resolve duas equações dos principais extratos da classe proprietária: o controle das massas e de suas organizações políticas e a garantia de adaptar o país à nova etapa política e econômica mundial da época.

O momento do pós-golpe marcou ainda um tempo de efervescência política. Se na cúpula golpista eles encontravam problemas internos para achar um sucessor de Castelo Branco e até mesmo perspectivas de retomada econômica (para legitimar-se concretamente), na oposição surge uma articulação de *frente ampla* para contestar esse novo regime (envolvendo até mesmo setores da pequena burguesia urbana juntamente com setores sindicais). (Netto: 2011a)

O que fora o confuso período pós-golpe, de 1964 até 1968, teve sua ruptura interna ao final deste ano, dando início a uma nova fase da ditadura empresarial-militar, os chamados *anos de chumbo*. Ao lançar em cena o Ato Institucional nº 5, o Estado autocrático completa sua transformação, inserindo cabalmente o monopólio e seu projeto

de modernização no aparelho político. De acordo com Netto:

O que fora, até então, uma *ditadura reacionária*, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo do qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de *nítidas características fascistas*. No bloco sociopolítico dominante, conquista preeminência indiscutível o componente mais reacionário do pacto contrarrevolucionário, aquele que corporifica os interesses do grande capital monopolista imperialista e nativo. O processo de concentração e centralização [...] acelera-se velozmente - é que a estrutura do Estado, então, é inteiramente redimensionada e refuncionalizada para servir e induzir à concentração e a centralização. Se, entre 1964 e 1968, a ditadura assumiu o Estado, *ela agora cria as suas estruturas estatais*. Com efeito, é neste momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta *estruturalmente* o Estado de que antes se apossara para a funcionalidade econômica e política do projeto 'modernizador'. Esta adequação integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal. (NETTO: p. 39, 2011a)

A ditadura empresarial-militar, então encastelada atrás de um poderoso aparato policial-militar, cria uma ideia de identidade nacional para um crescimento econômico. É sobre isso que tentam articular uma hegemonia, um consenso firmado em torno do grande crescimento da economia batizado de *milagre econômico*. Os anos seguintes ao AI-5 foram de desenvolvimento para as finanças e políticas estatais até a "crise" deste modelo em 1973. Com a derrocada do *milagre econômico*, e, como corolário, de seu "consenso passivo" (Netto: p. 40, 2011a), o regime ditatorial-militar entra numa irreversível crise.

[...]Quando a única variável que legitimava o Estado e o regime apresenta indicações inequívocas de reversão – quando, já em 1973, o 'milagre' começa a esgotar-se. Na crise do 'milagre', que a partir daí só faria aprofundar-se, inscrevem-se as determinações que, pela mediação da resistência democrática e pela ação do movimento popular, desembocarão na crise do regime autocrático burguês. (NETTO: p. 40, 2011)

Os dois lustros que levaram da entrada na crise até a ampla movimentação política em torno das *Diretas Já* marcarão profundas alterações na sociedade e Estado brasileiros. O que nos caberá ressaltar daqui para frente é o caráter que a autocracia burguesa assumirá na transição política num mundo com drásticas transformações societárias. Será a transformação política que manterá a autocracia burguesa no poder ainda que desconstruindo sua forma de ditadura aberta. Ela assumirá então uma transição que caminhe rumo à uma democracia (restrita) num mundo onde a própria democracia é torna-se uma amarra ao movimento do capital. O neoliberalismo colocará para a economia mundial apenas um caminho para salvaguardar as economias de mercado. É nele que analisaremos o país que emerge do ocaso da ditadura empresarial-militar no Brasil, um país no qual:

Se observarmos atentamente cada uma destas determinações estruturais do projeto de país levado a cabo pela ditadura, veremos que sua herança não se dissipou com o fim do regime militar; pelo contrário, hoje podemos identificar muito claramente até que ponto sua realização logrou as bases do desenvolvimento do país dos anos 1970 até hoje. (Dantas: p. 21, 2014)

Capítulo 3

Crise, autocracia burguesa e neoliberalismo no Brasil

“A 'nova república', nascida de uma costela da ditadura, não tem nada a ver com a República Democrática.”

Florestan

Fernandes

O caminho desenvolvido até aqui nos coloca na busílis do ocaso da ditadura empresarial-militar no Brasil. Quando a pedra de toque que articulava um consenso passivo começara a cair por terra, assim também aconteceu com toda a superestrutura política que, sobre o *desenvolvimento da economia*, se erguera. Mas seria um leviano erro entender esta crise do regime ditatorial como a crise da autocracia burguesa, ela, ao contrário, conjurou a concretização cabal da revolução burguesa no Brasil, com todos seus traços de dependência e heteronomia. A democracia, neste processo de revolução burguesa em países dependentes, chocara-se com as necessidades da transformação capitalista:

[...] O que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou [...] uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que é bom para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, [...] nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. (FERNANDES: p. 340, 2005)

Assim, enfatizamos que a ditadura não foi o acidente de percurso, mas o recurso que permitira a realização plena do capitalismo no Brasil como dependente do capitalismo monopolista, como o elo frágil na cadeia criada pelo Imperialismo. Embora já tenha sido

apresentado este argumento no capítulo anterior, é de suma importância dar relevo ao conteúdo de classe do regime autocrático: foi colocado em jogo - e depois levado ao extremo - para adequar a realidade brasileira aos ditames do capital monopolista e sua política internacional.

Dito isto, adentro no primeiro tópico deste capítulo fazendo uma digressão conjuntural. Enquanto o Brasil vivia uma atmosfera fascista, os anos 1970 marcaram o centro do capitalismo mundial com uma virada política e econômica. O pacto²² que garantiu o *welfare state* na Europa e o *new deal* nos Estados Unidos da América entrou em declive por não mais garantir a alta liquidez do capital. Com isso, novas formas societárias preencheram as necessidades postas pela classe dominante: financeirização da economia, transformações no mundo do trabalho e a cartilha neoliberal para os Estados Nacionais, a combinação delas modificou a forma como o capitalismo rege o mundo e abriu as portas do mundo contemporâneo – um mundo onde, sem eliminar o capitalismo ou mesmo seus traços fundamentais, viu a ofensiva burguesa contra a classe trabalhadora e todas as suas conquistas.

3.1- A saída neoliberal para a crise estrutural.

Um analista britânico, que se debruçara sobre as transformações econômicas e políticas de seu país em fins do século XX, assim escreveu na conclusão de seus estudos:

O argumento central do livro é que agora, em toda parte, a política é *orientada para o mercado*²³. Não se trata apenas dos governos não poderem mais ‘administrar’ suas economias nacionais; para sobreviver no cargo, devem ‘administrar’ cada vez mais a política nacional, de forma a adaptá-la às pressões das forças do mercado multinacional. (LEYS: p. 11-12, 2004)

Se tal autor erra em achar que o conteúdo da subserviência é novo, acerta ao apontar que ela tem novos traços consolidados no cenário mundial na última década do século XX, saturada de novas determinações. Cabe iniciarmos com uma digressão que buscará as transformações históricas que deram novos rumos a economia, a política e ao Estado capitalista.

Aqueles que abriram o olho após 6 anos da Segunda Grande Guerra viram um

22 “De fato, o que ocorre é que a intervenção estatal desonera o grande capital de boa parte dos ônus da preservação da força de trabalho, financiados agora pelos tributos recolhidos da massa da população – financiamento que assegura prestação de uma série de serviços públicos (educação transporte, saúde, habitação, etc.)” (Netto e Braz: p. 214/5, 2011)

23 Grifos do autor.

mundo em desencanto: milhões de mortes civis e militares, uma paisagem devastada na Europa, a economia a passos lentos, duas bombas atômicas lançadas, o horror dos campos de concentração e, em seguida, uma tensão beligerante entre Estados Unidos da América, liderando o bloco dos países capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Após o maior conflito bélico da história da humanidade, a economia capitalista teve um *boom*, e este crescimento determinou/permitiu uma mudança no conteúdo político da legitimidade do pacto liberal-democrático. A *onda longa expansiva* (Mandel: 1982), que a sociedade regida pelo capital vivia, encontrou maneiras de garantir o aumento da extração de mais-valia incorporando as massas aos processos econômicos e democráticos. Na base:

[...] do ciclo de expansão que se abre após 1945 estiveram: a situação excepcional da guerra e do fascismo, a terceira revolução tecnológica, com introdução da microeletrônica, e, sobretudo, a derrota histórica do movimento operário, ensejada com o fascismo e a guerra, mas também pelo destino da experiência socialista. Cabe sinalizar, ainda, que o acordo keynesiano-fordista só se viabilizou com a capitulação de muitas lideranças operárias, a exemplo da social democracia e dos partidos comunistas europeus, às demandas imediatas e corporativas, especialmente no setor monopolista. (BEHRING; BOSCHETTI: p. 89, 2011)

Para isso:

O Estado, diga-se, o fundo público [...], passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na social, sobretudo para as pessoas caracterizadas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI: p. 86, 2011)

Perceba que o compromisso criado com este pacto não rompe com (nem coloca em xeque) os fulcros do capitalismo; ele assume a necessidade de criar um pacto consensual, onde o Estado então torna-se a saída para salvar as condições capitalistas de sua crise, fazendo ele o investimento público que reverte a ausência de reinvestimento dos capitais em atividades produtivas. A nova atuação estatal na economia orientou-se para: 1) aumento do gasto público estatal com salários e empregos públicos, consumo estatal, serviços sociais e políticas sociais e obras de infraestrutura, utilizando-se dos recursos da poupança; 2) emissão de maior quantidade de dinheiro para ampliar o capital circulante, a produção e o consumo (impressão de dinheiro para além do respaldo em ouro); 3) aumento da tributação, de forma progressiva, para reequilibrar as finanças públicas; 4) redução da taxa de juros para desestimular a atividade especulativa e o entesouramento improdutivo; 5) Investimento na atividade produtiva e comercial,

aumentando a renda capitalista e o emprego (Montaño e Duriguetto: 2011).

Quando alguns países europeus centrais adotaram essas medidas, conseguiram dar respostas anticíclicas à queda da taxa de lucros que seguiu ao imediato segundo pós-guerra. No entanto, o próprio desenvolvimento deste *modo de regulamentação social e político* (Lipietz Apud Harvey: 2013b) - no qual o pacto keynesiano assegurara políticas universais e baseara a cidadania na construção de um consenso político²⁴ - desembocou em uma outra crise, que se anuncia em fins dos anos 1960 e tem seu detonador no início da década seguinte.

A resposta keynesiana para enfrentar a crise no curto prazo, e para promover produção e consumo massivos, promovendo pela via da intervenção estatal a demanda efetiva e o emprego, desenvolvendo serviços estatais e direitos sociais e trabalhistas, tornou-se inviável e insustentável para o capital no longo prazo, derivando numa nova fase de crise capitalista, a partir de 1973. (MONTANO; DURIGUETTO: 2011)

O resultado ao qual a experiência de Welfare State chegou foi de uma onda inflacionária e um grande endividamento público. O *boom* econômico esgotou-se e a economia viu, além da crise, a condensação de uma transformação.

O *processo de globalização financeira* assume, indubitavelmente, uma importância fundamental no quadro da globalização neoliberal, traduzindo-se, em última instância [...], na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial e na consagração do *princípio da liberdade de circulação de capitais*, o que permite que os especuladores coloquem o seu dinheiro [...] em qualquer parte do mundo. (NUNES: p. 26, 2012)

O chamado processo de *Financeirização* da economia foi resultado de um crescimento exponencial das transações especulativas, elevando o parasitismo do grande capital financeiro. Se é na esfera da produção onde o valor é criado, é na circulação que os portadores do capital fictício agem, especulando com as moedas e pretendendo criar dinheiro nesta mesma esfera.

A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) *tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais e relação à produção real de valores* - tornaram-se predominantemente *especulativas*. Os rentistas e os possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários - e só descobrem isso quando, nas crises do “mercado financeiro”, papéis que, à noite, “valiam” X, na bela manhã seguinte passam a “valer” -X ou, literalmente, a não “valer” nada [...]. (NETTO; BRAZ: p. 242, 2011)

²⁴ É de fundamental importância ressaltar que tal consenso se deu sob um abandono de grande parte dos trabalhadores europeus do projeto revolucionário, adequando-se à pasta social-democrata de conquista de direitos.

As consequências que o giro econômico da financeirização provocou na política são fundamentais para o nosso estudo. A desregulamentação é a sua mais expoente expressão: criou-se, a partir da crise, uma liberalização monetária dos movimentos de capitais; eles passaram a mover-se mais rapidamente, sem controles cambiais e com independência por sobre as fronteiras nacionais – tanto no capitalismo desenvolvido, iniciando nos Estados Unidos da América e pouco a pouco tomando os outros centros imperialistas, quanto nos países dependentes através de liberalizações impostas (Nunes, 2012). Essa conjuntura criou para as economias nacionais (cada vez mais internacionalizadas) uma constante instabilidade e incerteza, colocando óbices ainda maiores para uma ruptura com o padrão heteronômico daquelas localizadas na periferia do capital.

É então no momento de crise do capital que surge um movimento que objetiva reverter a experiência keynesiana europeia, reajustar os Estados nacionais em uma nova funcionalidade e universalizar o mercado de capitais por sobre as fronteiras. Falo aqui da *ofensiva neoliberal*.

Quando Harvey analisa o processo do Neoliberalismo, surgido dessa crise estrutural do capital, ele o faz em duas formas: o ideológico e o prático. No primeiro, ele reassume aspectos do liberalismo clássico, especialmente a concepção individualizada dos sujeitos e a liberdade do mercado, oferecendo-se como o único caminho a ser seguido para livrar o capitalismo da crise e expandir suas possibilidades.

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. [...] Considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse calabouço institucional de livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. (HARVEY: p.75, 2013b)

Politicamente, o neoliberalismo apresenta-se de diversas formas nas particularidades nacionais. Mas seu principal traço é restaurar o poder do capital numa ofensiva contra a classe trabalhadora e suas conquistas que lhe impuseram alguns limites²⁵. Apesar de contraditória com sua ideologia²⁶ (especialmente no que tange às garantias individuais que se logra proteger), a cartilha neoliberal vai ser essencial para os

²⁵ Nos países imperialistas, é claro. Na periferia do capital, a história foi diferente.

²⁶ “Seria de fato surpreendente ver mesmo o mais fundamentalista Estado Neoliberal seguindo a ortodoxia neoliberal o tempo inteiro.” (Harvey: p. 81, 2013b)

projetos do capital em meio a sua crise. O Estado captado por ela será o maior instrumento para a concretização do modelo de governança. Vejamos aqui uma de suas contradições:

Na medida em que todos os Estados devem colaborar para reduzir as barreiras comerciais, devem ser implantadas estruturas de coordenação, como o grupo de países capitalistas avançados [...] conhecidos como G7 (agora G8, com a entrada da Rússia). Acordos internacionais entre países para garantir o regime de direito e as liberdades de comércio, como os agora incorporados às normas da Organização Mundial do Comércio, são vitais para o avanço do projeto neoliberal no cenário global. O teóricos liberais têm, no entanto, uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência [...]. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar. (HARVEY: p.77, 2013b)

Aquela democracia empurrada pela mobilização dos trabalhadores torna-se um dos óbices ao projeto do capital. Sua necessidade de, por um lado, implantar sua contra-reforma e, de outro, fazê-lo com alguma base hegemônica, impele o Estado a projetar as decisões de conteúdo decisivo da economia para centros fora do alcance popular. “Para defender-se de seus maiores temores [...] os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não democráticas e que não prestam contas à ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI) para tomar as decisões essenciais.” (Harvey: p. 80, 2013b)

Dentro da intervenção do Estado na economia, a ideologia neoliberal apregoa uma diminuição de seu tamanho e sua retirada do ramo produtivo e empresarial. Porém, uma análise mais profunda revela que a “saída” do Estado da economia e seu retorno para as atividades puramente regulatórias e em áreas ausentes de mercado não passam de retórica. Na realidade concreta o Estado continua a subsidiar fortemente o capital, através das privatizações em larga escala, compra de massas falidas, empréstimos, concessões de estruturas e serviços e parcerias nos mais diversos setores da economia.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO; BRAZ: p. 237, 2011)

Desta maneira, a política neoliberal cria a falácia de um aparelho estatal culpado pela crise financeira e obsoleto para os interesses coletivos da nação. O que isto escamoteia é justamente aquela pedra de toque das burguesias, que

desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, [...] erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é 'reduzir a intervenção do Estado', mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe. (NETTO: p. 88, 2012)

3.2- O neoliberalismo no capitalismo dependente.

Embora uma leitura do neoliberalismo a partir da crise do pacto keynesiano europeu nos explicita sua gênese e desenvolvimento geral, utilizar apenas suas determinações para compreender esse período histórico nos países dependentes seria incumbir em um erro analítico grave, que ao universalizar a particularidade dos países europeus acabaria gerando fórmulas abstratas próximas ao que se convencionou chamar de "eurocentrismo". A experiência neoliberal tem história de traços outros fora do velho continente e dos Estados Unidos da América, especialmente na América Latina²⁷.

O fato de, hoje, a Ford, a Nestlé, George Soros ou o FMI tomarem decisões que ferem a soberania dos Estados latino-americanos nos revela um processo que, pelo menos em seus aspectos essenciais, tem pouco de novidade e constitui uma característica constitutiva destes Estados e das regiões dependentes e geral: a presença de soberanias restringidas. (OSORIO: p. 189, 2014)

Quando falamos, no capítulo anterior, da não possibilidade de adjetivarmos a burguesia brasileira, e como um todo a latino-americana, de "débil" é em decorrência de sua habilidade em articular o poder político nacional com os interesses internacionais. Assim, não confundimos o poder político da burguesia com hegemonia: o primeiro estava com as classes dominantes locais, já o segundo marcava uma confluência e uma heteronomia para com os interesses da grande burguesia imperialista.

[...] Uma vez que o mundo se reorganizou, agora sob a égide dos Estados Unidos, a burguesia industrial latino-americana não teve pudores para abandonar qualquer projeto autônomo e terminar se unindo às iniciativas da burguesia central. O exercício restrito da soberania não restringiu, porém, o exercício de um férreo poder político por parte das classes dominantes latino-americanas tratando de impulsionar seus projetos. Isso foi possível porque tais projetos - das classes dominantes da periferia - mantêm fortes pontos de confluência com os interesses das classes dominantes do mundo central ou imperialista. Assim se fecha a equação de uma *soberania fraca frente a um poder político forte*. (OSORIO p. 190/1, 2014)

²⁷ Inclusive, muito do que se passou no Chile de Pinochet é hoje considerado como o laboratório do neoliberalismo.

A América Latina acabou tornando-se, especialmente após o segundo pós-guerra, uma área de influência dos Estados Unidos. O apoio aos golpes empunhados por militares, mas liderados pelas classes proprietárias, foi apenas a condensação desta aliança burguesa, mostrando a força da hegemonia do principal país capitalista. Entretanto, não era somente militar o caráter de dominação externa. Segundo Fernandes:

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. (FERNANDES: p. 32, 2009)

Isto implica rechaçar concepções de um Estado amorfo ou de uma sociedade civil pouco desenvolvida. A forma como o Estado se formou e se organiza na periferia não pode reproduzir as mesmas características que no centro. Quando falamos antes que, universalmente, o Estado capitalista é um Estado de classe, que responde às necessidades da classe burguesa, o Estado no capitalismo dependente, na fase monopolista, é moldado para responder aos interesses do grande capital imperialista. Este expropria grande parte da mais-valia produzida para enviá-la aos centros empresariais e/ou financeiros nos países centrais.

Essa posição de um Estado com forte poder político (nos momentos de conclusão cabal dos processos econômicos) é condição *sine qua non* em uma administração nacional vinculada aos interesses do capital internacional. Esta característica, porém, não é exclusiva dos países dependentes, como vimos no tópico anterior, o neoliberalismo requereu um Estado que atuasse juntamente com o capital para reverter a crise.

Para os grandes capitais do mundo central e para os setores sociais dominantes dos Estados dependentes é de vital importância não enfraquecer a capacidade política estatal, mas, ao contrário, é fundamental fortalecê-la (no centro e na periferia) , propiciando inclusive um renovado interesse de setores empresariais para tomar diretamente em suas mãos a direção estatal. (OSORIO: p. 196, 2014)²⁸

Assim, carregando estas considerações acerca da particularidade Estatal durante a crise, poderemos adentrar no processo brasileiro de saída da ditadura e as transformações que geraram novas sínteses, carregadas de passado e novidade, para a sociedade brasileira.

²⁸ E completa: “Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.” (Osorio: p. 206, 2014)

3.3 - A crise da ditadura e a transição autocrática brasileira.

Como anteriormente visto, a crise econômica (que levou ao declínio as experiências keynesianas na Europa) criara, no Brasil, as condições para o ocaso da ditadura-empresarial militar. No entanto, podemos dar semelhante importância à crise política que fora seu corolário. Não poderiam os militares assegurar para sempre a forma ditatorial da autocracia burguesa.

Apesar de entrar em declínio ao fim dos anos 1970, a ditadura já havia conseguido implantar seu projeto mestre. Revertera o projeto (ou os projetos) de caráter democráticos e nacionais em curso no início dos anos 1960, derrotara as influências revolucionárias no âmbito educacional e cultural e, principalmente, alavancou um projeto de modernização elitista que pudesse garantir altas taxas de lucro para os setores monopolistas internacionais do capital e seus parceiros locais.

A revolução burguesa percorreu, aqui, a rota do desenvolvimento desigual periférico: as classes burguesas correram atrás das transformações capitalistas, não as provocaram e conduziram (como é, aliás, a norma na revolução burguesa secundária). A contra-revolução e a república institucional, com sua ordem política-constitucional autocrática, tornaram-se necessárias como premissas desse tipo de transformação capitalista. (FERNANDES: p. 16, 1986)

Ao esgotar sua possibilidade de sustentar a ditadura por muito tempo, com as políticas policiais²⁹ de combate às divergências que marcaram os *anos de chumbo*, os militares então iniciam o que chamaram de “transição lenta gradual e segura”.

Os militares deixaram explícito que empreenderiam uma transição lenta, gradual e segura. E nisso tiveram pleno êxito. Não se trata da mera continuidade da forma autocrática, que como vimos, é sempre, por sua natureza, uma solução provisória, mas de uma mudança de forma na qual persistem certas características autocráticas, exatamente porque não são possíveis de serem eliminadas, porque não pertencem à lógica da forma, mas à substância que define o caráter do Estado burguês no Brasil.” (IASI: p. 87, 2014)

Nesta linha argumentativa, Iasi (2014) reforça o argumento que a autocracia burguesa transcende a forma ditatorial, ela constitui um componente do próprio Estado burguês brasileiro inserido de forma dependente no capitalismo. Portanto, até que ponto esta transição demarcou a derrota da ditadura com a permanência - não intacta, mas

²⁹ “Os recursos de opressão e de repressão de que dispõe a dominação burguesa no Brasil, mesmo nas condições especialíssimas seguidas ao seu enrijecimento político e à militarização do Estado, não são suficientes para eternizar algo que é, por sua essência (em termos de estratégia da própria burguesia nacional e internacional) intrinsecamente transitório.” (Florestan: 2005)

como uma síntese de continuidade e rupturas - do conteúdo autocrático burguês?

Netto, considerando a autocracia e a forma ditatorial como um único elemento, analisa a queda deste regime:

[...] não consideramos que o fim do ciclo autocrático burguês significa a desarticulação do Estado por ele criado e, logo, nem a substituição do regime próprio à ditadura; em poucas palavras: o fim do ciclo autocrático burguês não corresponde, em nossa ótica, à emergência de um regime político democrático. O que o governo Figueiredo demarcou, claramente [...], foi a incapacidade de a ditadura *reproduzir-se como tal*: em face do acúmulo de forças da resistência democrática e da ampla vitalização do momento popular (devida, decisivamente, ao reingresso da classe operária urbana na cena política), a já estreita base de sustentação da ditadura experimentou um rápido processo de erosão que a compeliu a empreender negociações a partir de uma posição política defensiva. Que esta situação não tenha desembocado numa crise de Estado instaurado pela ditadura, permitindo-lhe, durante o final do governo Geisel e durante o governo Figueiredo, estabelecer o terreno e os limites da negociação. (NETTO: p.34/5, 2011a)

Sua análise histórica é válida: encontra já em Geisel uma desaceleração do fôlego ditatorial e a preocupação das bases de uma transição por cima. A reorganização das forças agrupadas no bloco da ditadura desejou manter essa transição sem convulsões. Entretanto, ressuscitaram seus antigos medos de uma revolução social quando se depararam com os levantes da sociedade civil pelas *Diretas Já*, a ocupação de fábricas e as movimentações urbanas e rurais contra o poder governamental. A ditadura já não era mais a alternativa viável de “governo forte” para os interesses burgueses, mas tampouco sairiam os militares de cena ou mesmo dos bastidores da política nacional.

A conjuntura não levou a uma diminuição da participação das classes proprietárias no processo. A cooptação de organizações e pactos com setores “democráticos” pelo alto apontaram a proa para uma controlada transição.

No que consiste esse controle? Ele se manifesta nas diferentes dimensões que no início da transição identificávamos como ‘tutela’, ou ainda, ‘salvaguardas’, isto é, uma série de instrumentos, políticos e jurídicos, através dos quais a classe dominante geria os limites da transição política delimitando o campo que serviria de base à formação do consenso. Podemos identificar esses mecanismos de controle na formação de uma sistemática política fundada em certa estrutura partidária, que inclui desde medidas particulares [...] até o que foi chamado de presidencialismo de coalizão. Mas também pela ação prévia e decidida de destruição de qualquer alternativa à esquerda, seja pela eliminação física de militantes das organizações revolucionárias do período precedente, seja pelo fechamento do espaço político para alternativas radicais e pelo combate ao movimento sindical autêntico e às lutas populares que emergiam no início dos anos 1990. (IASI: p.90/1, 2014)

O que parecia uma grande mudança por baixo, acabou sendo, na verdade, uma articulação pelo alto à moda antiga. A questão da passagem do poder presidencial

parecia ter sido vencida pela ditadura, porém vencera ali o tipo de governo que prezava pela coalizão política pelo alto, uma mudança que, no fundo, era uma síntese com muito do velho poder político.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) veio a cumprir uma tarefa que os militares já não conseguiriam na instabilidade política de meados dos anos 1980. Eles manteriam o *governo forte* que os negócios requeriam e afastariam as bandeiras combativas de qualquer conteúdo radical possível. Para isso, o PMDB precisaria romper justamente com a característica democrática que lhe conferia nome. O governo de conciliação passou de rechaçado para a opção burguesa de transição política. Aliás, podemos dizer que com isso, a transição chegou ao nível de uma mudança pelo alto, tendo aquilo que poderia ser chamado de oposição à frente. O poder, de fato, não deslocara-se substancialmente.

A 'transferência de poder' converteu-se numa troca de nomes e, como afirmou um notável comentarista político, as velhas e as novas raposas aplainara o caminho que levava à satisfação de seus apetites. Esse era o desdobramento que mais convinha às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes. Esvaziar a praça pública, recolher as bandeiras políticas 'radicais', matar no nascedouro o movimento cívico mais impressionante da nossa história - restaurando de um golpe as transações de gabinete, as composições entre os varões 'liberais' da República, o mandonismo político. Não há que negar: as figuras de proa, como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Marco Maciel e Aureliano Chaves à frente, lavraram um tento. Exibiram um profissionalismo político de causar inveja. E tiveram êxito. O que consagra a ação política é a vitória. Vitoriosos, eles demonstraram o seu valor e sua competência. E a Nação? Esta foi inapelavelmente empurrada da estrada principal. (FERNANDES: p. 27/8, 1986)

Foi este o caminho que a burguesia então percorreu para estabilizar o poder na transição política, consolidando aqui esta "*Nova República*" que "não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal" (Fernandes: p. 20, 1986). Ela retomou portanto os aspectos mais característicos da autocracia com novas nuances. Se em relação ao golpe de 1964 Florestan falou da continuidade do "baile sem as máscaras", a partir de 1986 essas máscaras voltam, provendo aquilo que ele chamara em seguida de "autocracia burguesa dissimulada" (Fernandes: p. 395, 2005).

Ao que se seguiu deste processo, a Constituinte desembocou numa híbrida Constituição de 1988. Nela, aqueles que se agruparam em torno do chamado "centro" político garantiram imprimir em nossa atual Carta Magna a possibilidade jurídica para as necessidades em curso das classes proprietárias. É importante sublinhar também que a Constituição também fora marcada por importantes conquistas dos trabalhadores. O

sindicalismo de traços fordistas brasileiro, que acontecera historicamente atrasado em relação aos países centrais, arrancara direitos essenciais para a proteção social dos *de baixo*. Entretanto, o caráter híbrido de nossa nova lei maior falou mais alto quando nas décadas seguintes, até os dias atuais, mantém uma árdua luta entre a concretização dos direitos e o regresso de emperrá-los.

Ao argumento trabalhado até aqui, mantenho, em uma mão, a análise de que a transição pelo alto – processada no período chamado de *redemocratização* – retomou os aspectos autocráticos, na medida em que fortaleceu o poder executivo para garantir os interesses da burguesia, afastando os trabalhadores do conteúdo real de participação e direção do processo. Em outra mão, porém, ressalto a importância de que tal processo tem para a classe trabalhadora. Ainda que o Estado brasileiro mantenha muitas de suas características autocráticas, as novidades democráticas, ainda que restritas, permitem novas estratégias de organização e luta para os trabalhadores. O mais importante, aqui, é ressaltar justamente que a autocracia burguesa é uma contínua reposição do velho porém determinado pelas novas condicionalidades. Ou seja, é sempre uma síntese de ruptura e continuidade.

As primeiras eleições diretas colocaram dois projetos frente a frente na corrida presidencial: Luiz Ignácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores, representando o sindicalismo e parte da esquerda; e Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional, com o projeto de revitalizar a economia brasileira. Através de uma massiva propaganda dos grandes meios de comunicação, este último vencera as eleições.

Sua agenda, segundo Antunes, apresentava grandes “similitudes entre Collor e o bonapartismo”, uma vez que a tendência autocrática e ditatorial foi traço comum a todas as manifestações bonapartistas. (Antunes: p. 7/8, 2005). Esta comparação se deve a dois fatores de tal invólucro político: o primeiro é manter o interesse de um projeto necessário acima dos interesses societários, ainda que ele possa, por consequência, atingir (sempre de forma mais leve) este ou aquele setor da classe dominante; um segundo fator encontra-se no fato da *pessoa política* empossada ter consigo uma massa de manobra que lhes dê sustentação entre os dominados (seria o caso brasileiro dos “descamisados”).

Dito isto acerca dos traços gerais do primeiro governo *democraticamente* eleito, precisamos entender qual seu legado para o país. Primeiramente, Collor era o candidato que pretendia utilizar o Estado para reanimar a economia brasileira. Ele o fez já se apropriando da ideologia neoliberal, seguindo à risca o

receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a ‘modernização’ (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. O ‘intervencionismo exacerbado’ presente no Plano e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para a lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal. (ANTUNES: p. 10, 2005)

Tal intervenção profunda do Estado, que também incluiu algum tipo de carga tributária aos ganhos de capital (mas que não prejudicou o grande capital, ao contrário do médio e pequeno), desagradou alguns setores que sustentavam o governo. O projeto de governo de Collor, claramente numa tentativa de garantir um recrudescimento do capital monopolista no Brasil, mexeu com os estratos proprietários brasileiros³⁰, onde, entendendo suas práticas como necessárias mas repletas de erros, afirmaram na célebre frase que “o remédio está correto, mas a dose é exagerada”. Olhemos aqui o que consistia o Plano de Collor que se dividira em dois:

O Plano Collor 1 [...] objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano. [...] O Plano Collor 2 é o reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais do Plano Collor 1. Este empobreceu ainda mais o país, desestimulou o parque produtivo, achatou barbaramente os salários, manipulou intensamente a consciência dos setores populares, e a inflação passou dos 20%. (ANTUNES: p. 13, 2005)

A modernização prometida por Collor somou-se, também, a um sucateamento do Estado e do parque tecnológico nacional, mantendo a produção brasileira subordinada ao capital externo. No plano político, marcou um profundo autoritarismo e um histórico de veto ao parlamento. Fernando Collor de Melo não chegou ao final de seu mandato, deixando um histórico contra a classe trabalhadora brasileira e a economia em frangalhos. A primeira inserção do neoliberalismo no Brasil fechou seu ciclo, as bases estavam lançadas contra todas as garantias democráticas. Itamar Franco, do PMDB, assumiu a presidência e pouco alterou a governabilidade.

O momento seguinte marca a consolidação do período neoliberal. O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) leva a cabo o projeto do capital para o capitalismo dependente brasileiro, desmantelando os direitos conquistados na década de 1990 e administrando um governo implacável contra os trabalhadores.

³⁰ “As nossas classes dominantes não gostam nem mesmo da tática de empatar no primeiro tempo para ganhar o jogo no segundo.” (Antunes: p. 10/11, 2005)

FHC [...] em seu discurso de despedida do Senado, afirmou taxativamente que o seu governo iria marcar o 'fim da era Vargas', justamente no momento em que a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, o desemprego crescente e a crise de representação dos partidos e associações classistas, finalmente, faziam seu ingresso no Brasil. A privatização de empresas estatais e a reforma da previdência anunciaram o novo período histórico. Nas condições específicas de país subdesenvolvido, o Estado não se retirou da economia. Ao contrário, passou a submeter toda a vida econômica aos ditames do chamado Consenso de Washington e ao receituário do FMI. (FREDERICO: p. 63, 2014)

De maneira racionalizada e com *rédeas curtas*, o governo do sociólogo adequara o país às diretrizes internacionais dos organismos atrelados à reforma neoliberal, liberara os fluxos econômicos, fechara os canais de comunicação com as massas, avançara com as reformas produtivas e, por consequência, precarizara as condições de vida da classe trabalhadora em prol de um pacto com a cartilha internacional o capital contra sua crise estrutural de que já tratamos.

A herança de FHC materializou-se na implantação do modelo neoliberal no país: abertura econômica, privatização das estruturas da economia nacional, reestruturação produtiva, política econômica ajustada às exigências do sistema financeiro internacional, ampla liberalização dos fluxos de capital e criação das condições para a internacionalização e financeirização da economia brasileira. Na prática, os anos FHC aprofundaram e consolidaram a herança da ditadura, atualizando as bases da subordinação estrutural do país aos termos impostos pela 'nova ordem mundial'. (DANTAS: p. 42/3, 2014)

Atrelado ao discurso de modernização econômica, o governo FHC foi conhecido ressaltar uma importância de "reformular o Estado". Esta, de fato, servia para mudar aquela parte do aparelho público que ainda guardava uma possibilidade de intervenção *coesiva*. A necessidade dada pelo governo à tal reforma concretizou-se no

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), em novembro de 1995, [que] tinha como objetivo apresentar o contexto histórico, social e político que levou a Administração Pública brasileira a buscar um novo modelo de gestão bem como apresentar a solução proposta pelo Mare. Nesse sentido, o Plano Diretor apresenta como problema central a crise do Estado, que para ser solucionada necessitava que o Estado se desvinculasse das questões econômicas para aumentar sua capacidade governativa. (LEITE: p. 43, 2012)

O Brasil que resulta desse processo está completamente integrado ao Imperialismo do século XXI, mantendo uma dependência e uma subordinação históricas, encontra-se agora atrelado por uma dívida externa exorbitante. Politicamente, combinou repressão e consenso com a classe trabalhadora para garantir a aplicação da cartilha neoliberal.

Não é o Estado mínimo que resulta desta política, mas sim um Estado com amplos traços autocráticos e de reposição do mandonismo tipicamente burguês no capitalismo

dependente, que ainda não combateu o autoritarismo incrustado no aparelho estatal, tampouco a herança da fase ditatorial.

Somo, aqui, minhas candentes indagações acerca da trajetória do Brasil na era do neoliberalismo (ainda um processo em andamento) junto de suas problemáticas históricas, com a de renomado autor brasileiro:

Cinquenta anos depois, o golpe pode ser visto como um capítulo da história que não se fechou. Apesar das drásticas transformações vividas pela sociedade brasileira, as questões de fundo que estiveram presente e que ocasionaram o movimento golpista continuam sendo de uma desagradável atualidade: as reformas de base (em especial, a agrária), o papel do Estado na condução da economia, a questão nacional e a luta anti-imperialista são temas atualíssimos repostos numa nova configuração histórica, uma vez que ainda não foram equacionados. É impossível, portanto, manter a passividade de um arqueólogo: falar sobre o golpe de 1964 implica necessariamente tomar partido nas querelas do presente. (FREDERICO: p. 54, 2014)

Não podemos nos perder em meio às novidades. Encontrar as novas sínteses produzidas pela história recente brasileira é a forma, para aqueles engajados nas grandes transformações sociais, de acertar na análise e abrir o caminho para uma ação revolucionária concreta.

Considerações Finais

Não é fácil a tarefa de percorrer autores de renome dentro da tradição marxista, especialmente na questão acerca da forma de nosso Estado. Entretanto, suas polêmicas e convergências estimulam minha paixão pelo tema. Ainda que complicado e extenso, ele necessita ser abordado pela sua tentacular ingerência em diversas outras áreas. Refutar-se ao estudo do Brasil mais a fundo pode desembocar em uma não compreensão das suas principais características históricas presentes na atualidade.

O caminho teórico não foi ao acaso. A retomada de análises sobre o período colonial permitiu-me encontrar a origem do poder econômico que forjou o Estado nacional no pós-independência. Ali, em um período cronológico quase dois séculos distantes de hoje, é nuclear a característica de um aparelho criado pela e para a classe dominante, especialmente em uma época onde os chamados cidadãos livres, pequena quantidade no país, viviam às sombras dos grandes latifundiários. A transição para a república mostrou que a ruptura era menor em relação à continuidade.

Outra vertente da formação brasileira que é conformadora e conformada pelos traços autocráticos é a base econômica de nossa história. A característica *exportadora* da nossa produção transformou os homens de negócios em políticos (ou seus serviçais em administradores públicos) para que seus interesses econômicos imediatos fossem a ordem do dia para as negociações entre o Estado e os países compradores. Sua posição de dependência na cadeia Imperialista em fins do século XIX e início do século XX coloca-os na responsabilidade de industrializar alguns poucos setores do mercado interno (surtos esses que serão responsabilidade também de alguns imigrantes). No entanto, o surto de industrialização extensiva só será dado após um golpe de Estado, feito por setores da oligarquia agrária que encontravam-se fora do bloco hegemônico. Fizeram a proposta de modernização sem o povo, cooptando-o apenas quando necessário para manter o projeto dominante.

Porém o cume da consolidação capitalista no Brasil foi com a ditadura empresarial-militar. Sua forma bárbara não fora à toa, ela era a expressão da necessidade de concluir a transformação intensiva da economia brasileira. Ela assentou as bases do capitalismo contemporâneo no Brasil. Porém, não poderia sustentar o regime eternamente, e sucumbiu à sua falta de legitimidade e à crise econômica estrutural do capital que se

abatera sobre o país. A minha defesa, ao cabo desta trajetória das transformações políticas no Brasil, é de que a autocracia burguesa coexiste, não como anacronismo histórico ou remanescência ditatorial, mas em uma simbiose com as formas democráticas (inclusive do pós-ditadura). Nos anos 1980, o grande capital internacional já aposta pouco a pouco na nova cartilha neoliberal e, sem deixar que o poder no Brasil se perca, a classe proprietária já se reorganiza para operar a transição da ditadura para uma democracia levada a frente por seus representantes. Assim, tentei colocar, aqui, as vias pela qual o núcleo antidemocrático do neoliberalismo se funde com as características históricas de heteronomia e antidemocracia do Estado brasileiro, ainda durante as tentativas de implantação do projeto no início dos anos 1990.

Não tomo, por isso, o período neoliberal brasileiro como homogêneo, tampouco como de forma igual à ditadura. Propus-me a responder uma questão: Quais as características históricas do Estado brasileiro que são determinantes em sua fase neoliberal? Afirmando ao fim do trabalho que as características autocráticas históricas ainda encontram-se estruturalmente determinantes no Estado. Porém, a pesquisa coloca questões outras que não puderam ser respondidas. Pretendo seguir com a problematização do tema em um futuro projeto de mestrado. Por exemplo, coloca-se para mim uma inquietante pergunta: se a autocracia ainda é determinante, mas também uma síntese, qual a forma da democracia que se constrói sem romper com as características autocráticas na fase neoliberal? Embora o tempo deste trabalho não permitiu longos aprofundamentos, reconheço minhas falhas em não haver mergulhado em materiais empíricos primários acerca do neoliberalismo no Brasil, assim como em uma maior bibliografia sobre o tema.

Considero substancial o resultado deste trabalho para minha formação, uma vez que o tema poderá ser levado a frente em uma nova etapa de minha vida acadêmica. Encontrei ao longo do caminho muito mais questões do que certezas, com as quais, dentro ou fora da Universidade, utilizarei para melhor compreender o Brasil de hoje.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DANTAS, Rodrigo de Souza. A herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil. IN: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs). Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.
- FREDERICO, Celso. O presente como história. IN: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs). Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. IN: Stedile, João Pedro (Org). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. IN: Stédile, João Pedro (Org). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, David. Para entender O Capital – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.
- HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções. 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- IANNI, Octavio. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. Estado e Planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

2009.

IASI, Mauro. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. IN: IASI, Mauro; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs). Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

LEITE, Thaianne Araújo. A reforma do Estado nos governos FHC e Lula: duas faces distintas do neoliberalismo. São Paulo: Hucitec, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEYS, Colin. A política a serviço do mercado. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

_____. O Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, João Quartim. A natureza de classe do Estado brasileiro. IN: Pinheiro, Milton (org). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, António José Avelãs. A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PRADRO Jr, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Evolução Política do Brasil: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.